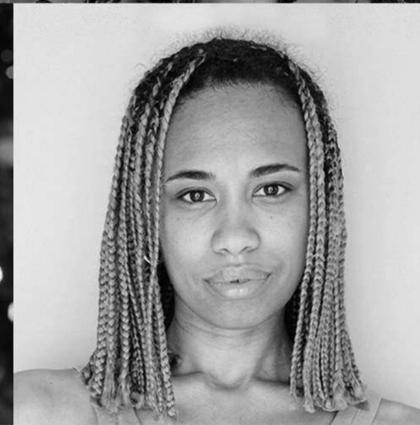


MAPA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES NEGRAS NO NORDESTE





REALIZAÇÃO



APOIO



FORD
FOUNDATION



HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

IBIRAPITANGA



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

FICHA TÉCNICA

INSTITUCIONAL

COORDENAÇÃO EXECUTIVA - NAIARA LEITE

COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS - VALDECIR NASCIMENTO

COORDENAÇÃO DO PROJETO “PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, REPRESENTATIVIDADE E SEGURANÇA DE ATIVISTAS NEGRAS PRETAS NO PODER” - JOYCE SOUZA LOPES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

ALANE REIS

PRODUÇÃO DE TEXTO

JOYCE SOUZA LOPES

ASSISTENTE

LORENA MACHADO GONÇALVES DOS SANTOS

REVISÃO

JAMILE NOVAES

COLABORADORAS

ALAGOAS: GÉSSIKA COSTA E PAULA BERLE

BAHIA: BIANCA PLESSYM; MARIA VITÓRIA E SARA CRISTINA

CEARÁ: SARAH MENEZES

MARANHÃO: IVANA BRAGA E LUCIA AZEVEDO

PARAÍBA: JADIELE BERTO

PERNAMBUCO: HALLANA DE CARVALHO

PIAUI: BRENDA MARQUES

RIO GRANDE DO NORTE: AMANDA PEREIRA

SERGIPE: MARGOT OLIVEIRA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

CAMILA SALES

POLIANNA SILVA

REALIZAÇÃO:

ODARA - INSTITUTO DA MULHER NEGRA

APOIO:

FUNDAÇÃO FORD

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL

INSTITUTO IBIRAPITANGA

OPEN SOCIETY FOUNDATION



FICHA CATALOGRÁFICA / ISBN

NAIARA MALTA

O19

Odara. Instituto da Mulher Negra.

Mapa da violência contra a mulher negra no Nordeste / Instituto da Mulher Negra ;
Apresentação Joyce Souza Lopes. – Salvador: Instituto da Mulher Negra, 2022.

61 p. : il.

Texto de apresentação de Joyce Souza Lopes.

Inclui bibliografia.

1. Mulheres negras. 2. Violência contra mulher. 3. Região Nordeste. I. Odara.
II. Instituto da Mulher Negra. III. Título.

CDD: 305.4

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Naiara Malta CRB5/1674



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PARTE I - LEVANTAMENTO: RESULTADOS DO MÉTODO DE MAPEAMENTO	11
1.1. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	13
1.2. LINHA DO TEMPO - ÍNDICE DE CANDIDATURAS E CARGOS	14
1.3. ÍNDICE DE CANDIDATAS, CANDIDATURAS E MANDATOS	15
1.4. PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS, AGENDAS POLÍTICAS E BANDEIRAS DE LUTA	16
1.5. DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA OU VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO PARTIDÁRIO-ELEITORAL	18
PARTE II - APROFUNDAMENTO: RESULTADOS DO MÉTODO DE ENTREVISTA	23
2.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS ENTREVISTADAS	24
2.2. RELAÇÕES PARTIDÁRIAS	26
2.2.1 FILIAÇÕES E RUPTURAS	26
2.2.2 CARGOS DE GESTÃO E SECRETARIADO NO PARTIDO	27
2.2.3 AGENDAS E BANDEIRAS DE MULHERES NEGRAS NO PARTIDO	28
2.2.4 DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES INTRA-PARTIDÁRIAS	32
2.3. DIFICULDADES ENFRENTADAS NAS DISPUTAS ELEITORAIS	36
2.4. VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES NEGRAS	42
2.4.1 ENTENDIMENTO DO CONCEITO	42
2.4.2 RELATOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE RAÇA E GÊNERO	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53

APRESENTAÇÃO





APRESENTAÇÃO

O **Mapa da Violência Política Contra Mulheres Negras no Nordeste** é uma produção do **Odara - Instituto da Mulher Negra**, a partir do **apoio da Open Society Foundation, do Instituto Ibirapitanga, da Fundação Ford e da Fundação Heinrich Böll**. Configura-se como **ação do Projeto Pretas no Poder: Participação Política, Representatividade e Segurança de Ativistas Negras**, desenvolvido com o objetivo de fortalecer a representatividade através da participação política de mulheres negras candidatas, parlamentares e defensoras de Direitos Humanos no Nordeste brasileiro, sobretudo trans, lésbicas e bissexuais.

Temos em vista o **fortalecimento de uma rede de apoio** que garanta segurança a estas mulheres, suas famílias e comunidades; ações e agendas relacionadas a campanhas eleitorais, de mandatos e atividades políticas que estão alinhadas aos movimentos de mulheres negras na Região; mobilização de setores da sociedade civil para a garantia do enfrentamento à violência política de raça e gênero contra mulheres negras; proposição de uma performance positiva e capaz de **potencializar nossos votos e agendas políticas, para a conquista de direitos para a população negra**.

O Mapeamento “Violência Política e Eleitoral no Brasil”, realizado pelas organizações sociais de direitos humanos Justiça Global e a Terra de Direitos, contabilizou 327 casos ilustrativos de violência política no Brasil entre 2016 e 2020, a partir de notícias extraídas de veículos de comunicação. Atualmente, as **mulheres ocupam 13% das vagas no legislativo municipal, estadual e federal, mas representam 31% das vítimas. Dos 13% de parlamentares mulheres, apenas 2,36% são negras. Isso é violência política!** Isso é a configuração do racismo na esfera política, no seu modus operandi de marginalização, ataque e aniquilamento. Somos amplamente violentadas por uma estrutura que nos elimina desses espaços, pelas desigualdades sócio-raciais e pelas práticas cotidianas e sistemáticas de violação aos nossos direitos. Uma mulher negra candidata ou parlamentar está constantemente sob a condição de sofrer pelo racismo estrutural e pelo racismo institucional que configuram a violência política de raça e gênero.

O Nordeste é a região brasileira com o maior número e taxa de ascensão de atentados e assassinatos políticos no país. Um em cada três casos de violência política ocorreram no nordeste. Nos exemplos mapeados pela Justiça Global e Terra de Direitos, 83% dos atentados e assassinatos aconteceram em cidades do interior. 91% das ameaças foram realizadas por homens e 9% por mulheres.

Destacamos que um conjunto de variáveis institucionais, comportamentais e conjunturais influenciam no padrão de participação e sucesso de mulheres e negros nas disputas político-eleitorais, e nos fatores de sub-representação da população negra nos cargos políticos-eleitorais nas esferas municipal, estadual e federal. **O Instituto Odara**, em parceria com ativistas e organizações de mulheres negras de todos os estados da Região Nordeste, **avaliou como emergente** a realização de um mapeamento que associe a situação de organização e desejo das mulheres negras às candidaturas políticas, conforme a análise de conjuntura regional e dos fatores que impedem as mulheres negras nordestinas de adentrarem estes espaços, a fim de traçarmos estratégias para garantirmos o maior número possível de mulheres negras eleitas comprometidas com as agendas inegociáveis na luta contra o racismo e demais formas de opressão.

A partir de novembro de 2021, o Instituto Odara articulou uma rede de colaboradoras para a realização deste material, formada por mulheres negras do Nordeste, de modo que cada estado pudesse contar com uma representante no processo de levantamento de dados. Com o objetivo de mapear mulheres negras candidatas a cargos políticos eletivos nos nove estados da região e levantar as questões acerca da violência política de gênero contra mulheres negras, o Instituto Odara desenvolveu dois instrumentos, o Formulário de Mapeamento Mulheres Negras & Violências Políticas e o Roteiro de Entrevista Para Aprofundamento, a partir dos quais apresentamos os resultados expressos na parte um e dois deste relatório, respectivamente.

No que tange à metodologia, tendo em vista a otimização do tempo e produtividade do trabalho coletivo proposto, orientamos que a aplicação dos instrumentos seguisse o critério de restrição às mulheres negras candidatas em 2018 e/ou 2020; com pretensão de se candidatarem em 2022; participantes ativas de movimentos sociais, especialmente dos que agenciam a luta contra o racismo e o patriarcado como atividade política principal. Encaminhamos o

levantamento do máximo possível de mulheres correspondentes a este perfil através do método de articulação em rede e utilização do Instrumento 1, o formulário. **Alcançamos 69 mulheres negras dos nove estados do Nordeste.** Ao concluírem esta etapa, as colaboradoras identificaram **em média cinco mulheres do conjunto mapeado que foram vítimas** ou se enquadram no perfil de potenciais vítimas **da violência política de raça e gênero.**

Foi aplicado o método de entrevista estruturada entre as elencadas de cada estado nordestino, mediante a utilização do segundo instrumento metodológico, o roteiro de entrevista, resultando no total de 39 mulheres negras entrevistadas entre candidatas e parlamentares.

Consideramos relevante a preservação da identidade das participantes acionadas nas duas fases desse estudo, tendo em vista o teor dos temas tratados e a possibilidade de muitas delas sofrerem represálias dos correligionários dos partidos que são filiadas.

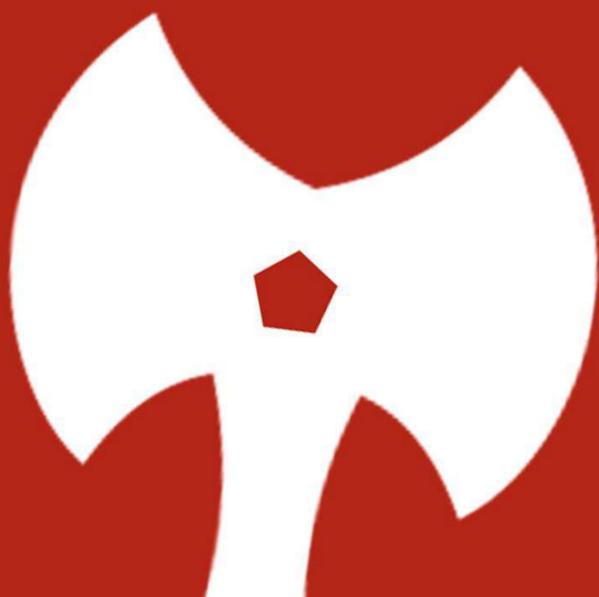
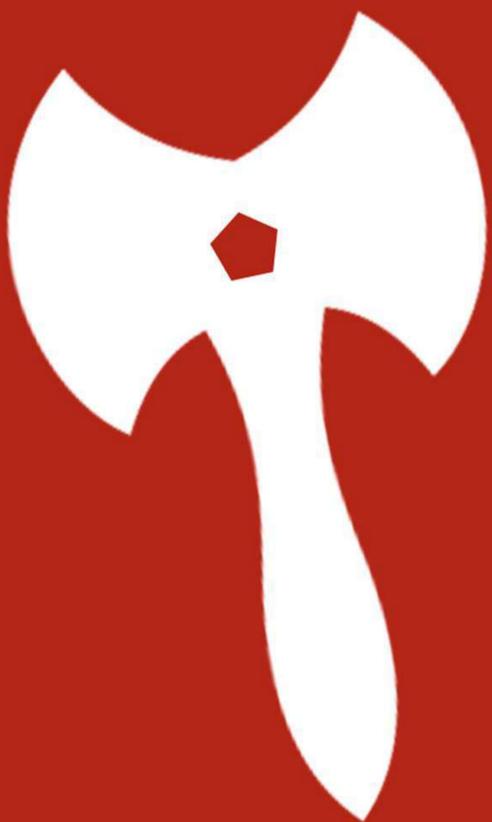
Entre este percurso, executado durante os meses de dezembro de 2021 e abril de 2022, destacamos a relevância de acessar as mulheres negras do interior de cada estado, tendo em vista descentralizar a análise e fomentar o debate acerca da emergência de produções que partem e/ou abrangem regiões para além das capitais e dos grandes centros urbanos. A partir desta publicação, apresentamos um objeto de reflexão inédito sobre o modo de produção das narrativas sobre violência política no Brasil, bem como a sistematização de um referencial de análise que possa subsidiar nossas intervenções de modo geolocalizado, segundo as especificidades das mulheres negras nordestinas.

A publicação deste material pode subsidiar ações e projetos nessa região e o entendimento da diversidade de mulheres negras no Brasil; bem como se configura como uma das referências para o nosso trabalho na perspectiva de elucidar a função do voto e da democracia; provocar os partidos e outras estruturas do sistema eleitoral sobre a falta de investimento em candidaturas de mulheres negras; visibilizar ações políticas protagonizadas por mulheres negras já eleitas e incentivar o voto em mulheres negras comprometidas com a luta contra desigualdades e em defesa dos direitos humanos; articular projetos de construções coletivas em defesa do Bem Viver.



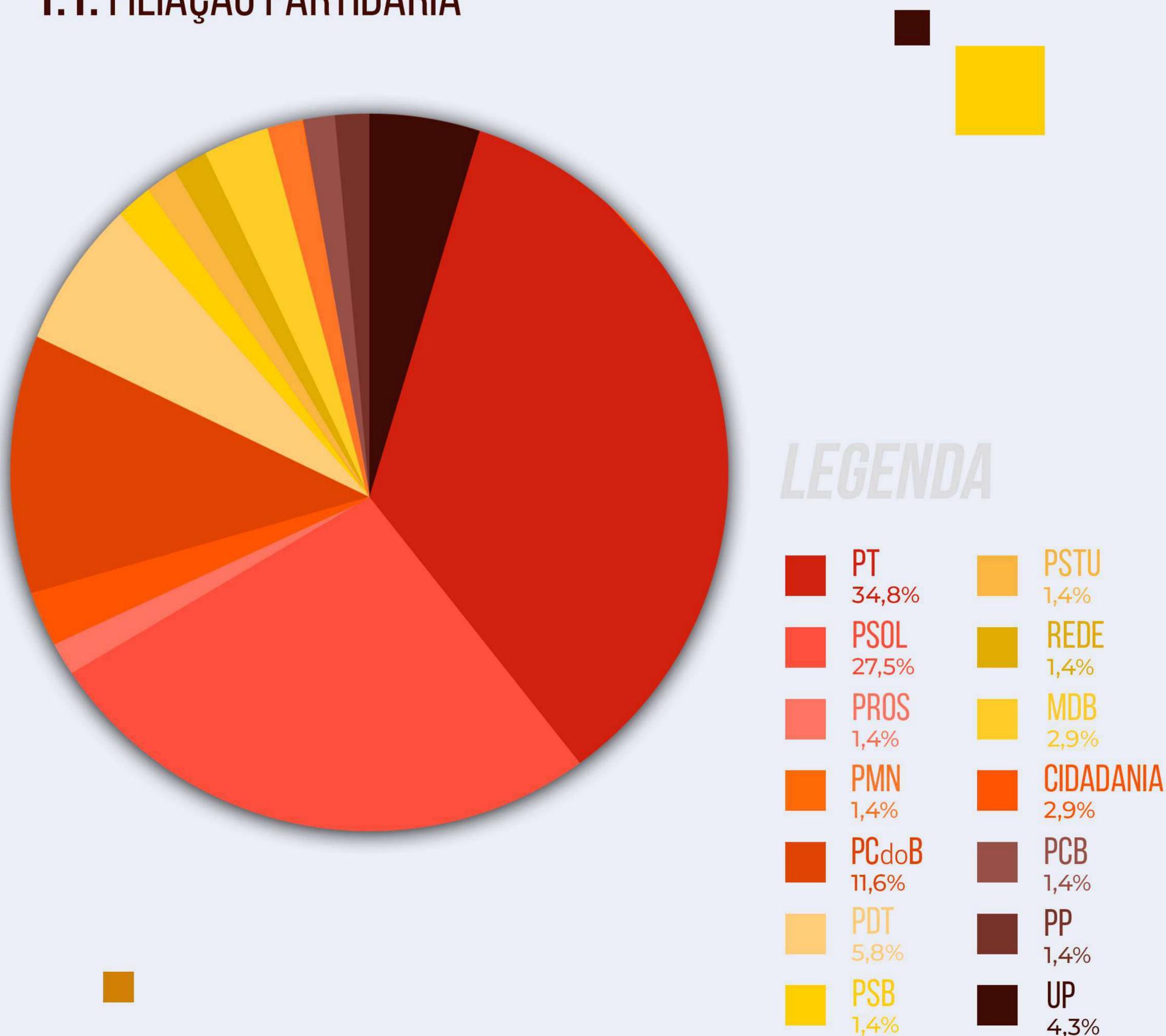
PARTE I

LEVANTAMENTO: RESULTADOS DO MÉTODO DE MAPEAMENTO



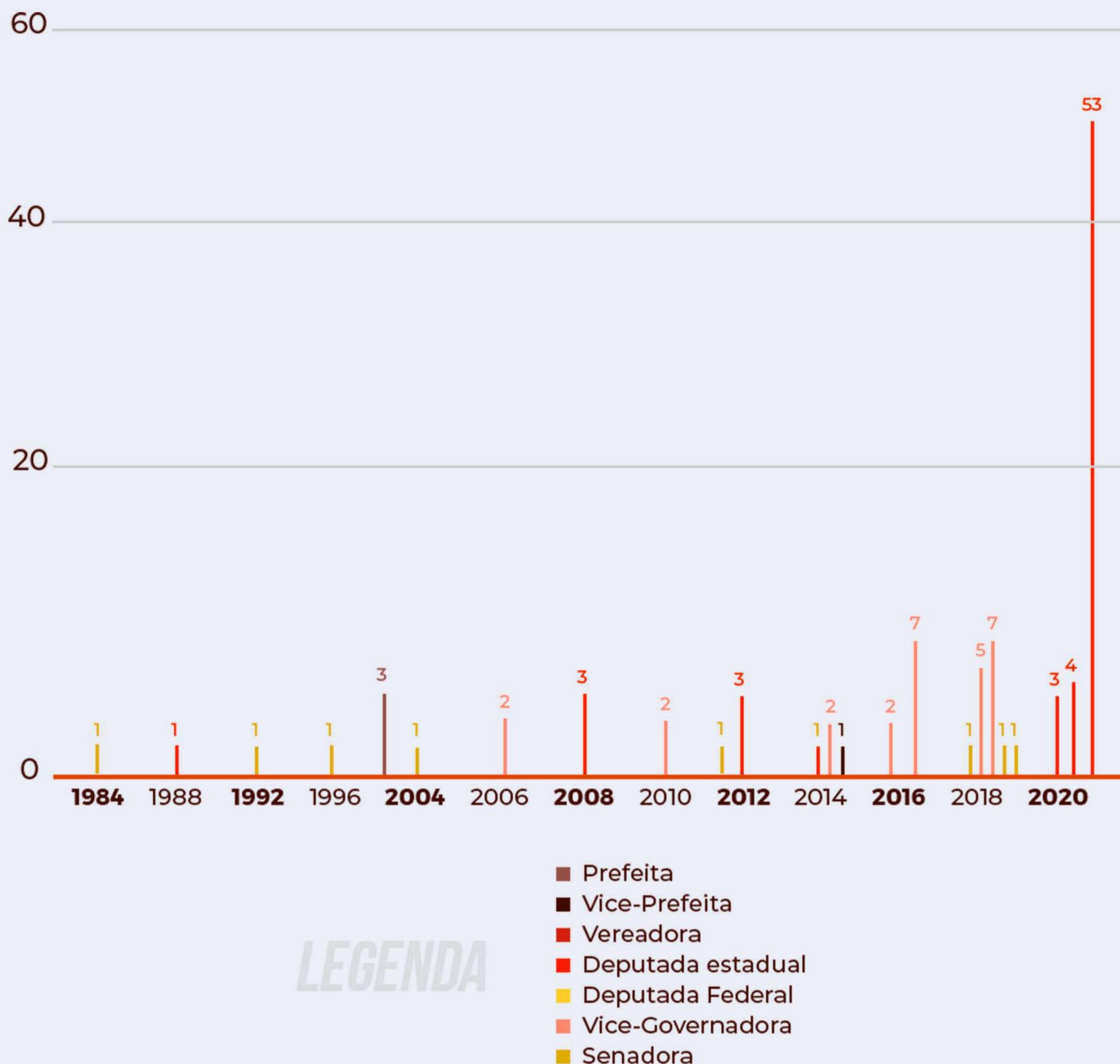


1.1. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA



Das mulheres negras acessadas em todos os estados da região nordeste através do formulário, primeiro instrumento metodológico desse Mapa, 24 declararam filiação no Partido dos Trabalhadores [PT]; 19 no Partido Socialismo e Liberdade [PSOL]; 8 no Partido Comunista do Brasil [PCdoB]; 4 no Partido Democrático Trabalhista [PDT]; 3 no Unidade Popular [UP]; 2 no Cidadania; 2 no Movimento Democrático Brasileiro [MDB]. 1 em cada um dos seguintes partidos: Partido Republicano da Ordem Social [PROS], Partido Socialista Brasileiro [PSB], Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado [PSTU], Rede Sustentabilidade, Partido da Mobilização Nacional [PCN], Partido Comunista Brasileiro [PCB] e Partido Progressista [PP].

1.2. LINHA DO TEMPO - ÍNDICE DE CANDIDATURAS E CARGOS



Entre os anos de 1984 e 2020, 69 mulheres negras nordestinas que participaram do levantamento, apresentaram o total de 106 candidaturas. 72 candidaturas à vereança; 11 para ocupação do cargo de deputada estadual; 8 para deputada federal; 7 para prefeita; 7 para vice-prefeita; 1 para senadora. Com destaque ao número de candidaturas no pleito de 2020, do total de 60 campanhas, 42 candidatas se lançaram pela primeira vez na disputa eleitoral, o que corresponde a 60% das entrevistadas.

1.3. ÍNDICE DE CANDIDATAS, CANDIDATURAS E MANDATOS



Das 106 candidaturas de mulheres negras entre quatro décadas, houveram oito mandatos, o que corresponde a 7%. No quantitativo de 69 mulheres negras candidatas, seis foram eleitas e exerceram o mandato do cargo pleiteado, o que corresponde a 8%. As que se tornaram parlamentares, somaram entre si a experiência de 16 campanhas eleitorais para pleitos distintos entre vereança, prefeitura e poder legislativo estadual, que resultou em oito mandatos exercidos como vereadoras. Apenas uma delas cumpriu mais de um mandato e exerceu a vereança em três períodos consecutivos. Quatro se elegeram na primeira candidatura, uma delas a partir da composição de chapa coletiva.

CARGO ELEITO	ANO DE ELEIÇÃO	LOCAL	PARTIDO	CANDIDATURAS	ANO DE CANDIDATURA	CARGO
Vereadora	2020	Fortaleza - CE	PSOL	1	2020	Vereadora
Vereadora	2012	Serrano do Maranhão - MA	PT	3	2012/2016/2020	Vereadora
Vereadora	2020	São João do Piauí - PI	PT	2	2016	Vereadora
Vereadora	2008 2012 2016	Queimada Nova- PI	PT	6	2004/2008 2012/2014 2016/2018	3x Vereadora 1x Prefeita 2x Deputada estadual
Vereadora	2020	Natal - RN	PT	1	2020	Vereadora
Vereadora	2020	Natal - RN	PT	3	2004/2016/2020	Vereadora

1.4. PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS, AGENDAS POLÍTICAS E BANDEIRAS DE LUTA

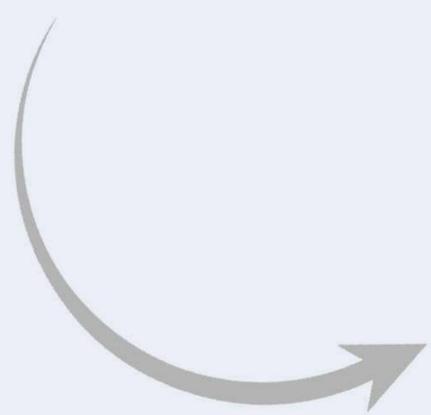
63% PARTICIPAM DE MOVIMENTO SOCIAL

6% NÃO PARTICIPAM DE MOVIMENTO SOCIAL



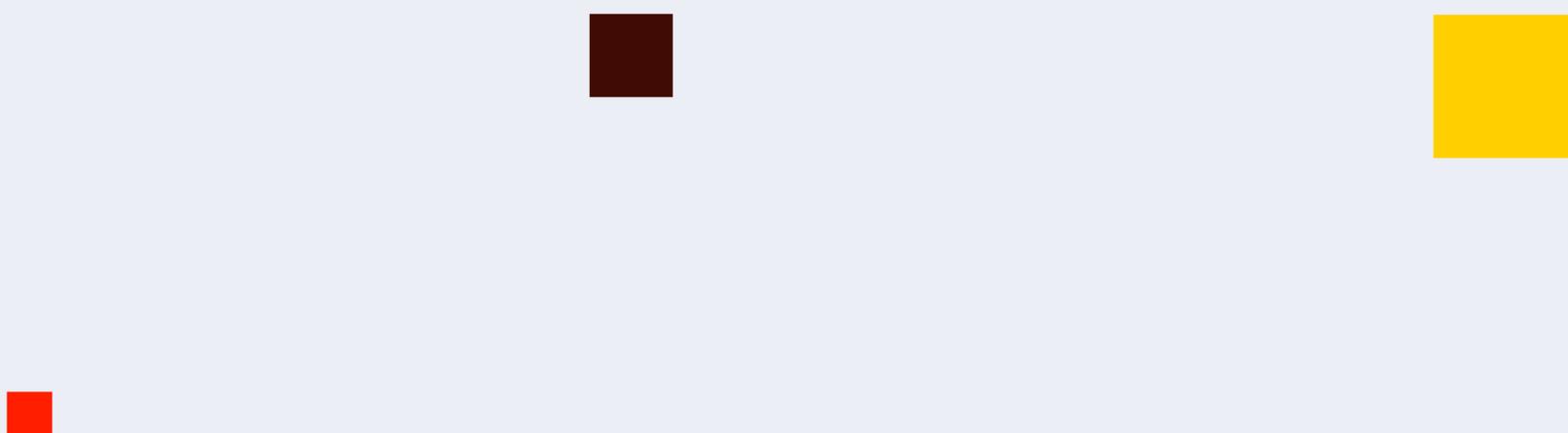
Todas as candidatas que foram eleitas expressaram participação e/ou liderança em movimentos sociais, sobretudo com enfoque em raça e gênero. 92% das mulheres que participaram deste mapeamento afirmaram estar associadas e incidindo socialmente a partir da atuação junto aos movimentos sociais, enquanto defensoras de direitos humanos em uma ou mais organizações.

As principais agendas políticas e bandeiras de luta mencionadas foram as relacionadas a pautas raciais, de mulheres negras, classe, estudantis e sindicais ou de categoria, **conforme o gráfico ao lado:**



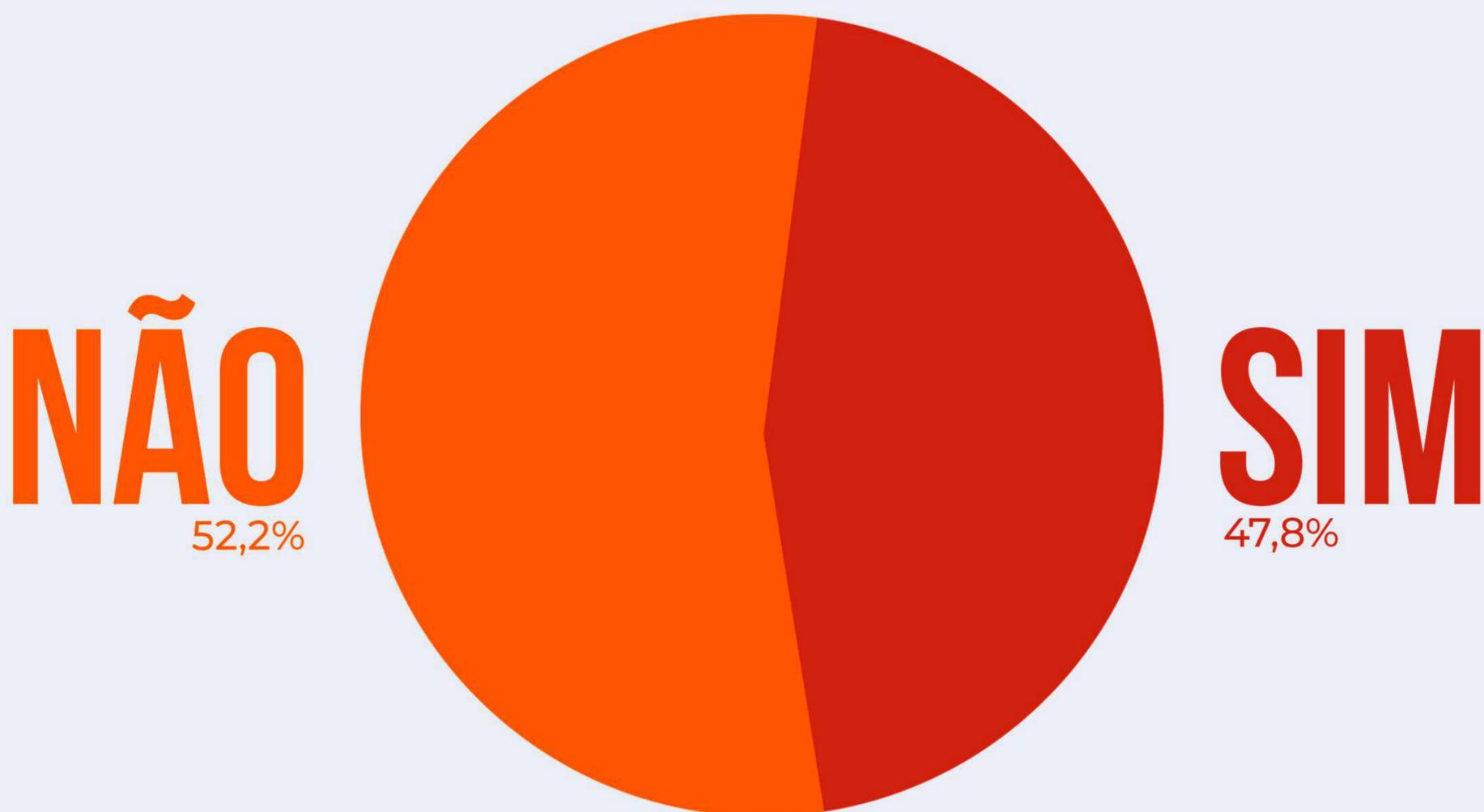
Seis mulheres não apresentaram vínculos de militância ou ativismo em movimentos sociais, porém **afirmaram exercer militância partidária**. Tendo em vista a distinção estrutural e conceitual entre movimento social e partido¹, consideramos não participarem de movimento social.

No agrupamento dos movimentos de classe **constam as organizações sindicais e em defesa de categorias profissionais**, como a Central Única dos Trabalhadores [CUT], Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia [APLB], Sindicato dos Servidores Públicos da Uncisal (Sinsuncisal), etc. **Algumas organizações atuam em eixos diversos, para efeitos de classificação agrupamos os movimentos conforme o principal descritivo de intervenção social**. As pastorais, por exemplo, podem ser consideradas movimentos de base religiosa conforme sua fundação ideológica, porém as linhas de atuação são também determinantes de incidência política, logo foram consideradas como o valor prioritário para sistematização desse gráfico. A Pastoral da Juventude foi categorizada como Movimento de Juventude; a Pastoral da Terra, como movimento do campo. De modo semelhante, categorias profissionais, cujo objetivo organizacional estruturou-se com base no caráter de raça ou de gênero, foram classificadas como movimento negro ou movimento de mulheres negras, como, por exemplo a Associação de Negros e Negras da UFAL [classificada como movimento negro] ou o Grupo de Bibliotecárias Negras [classificado como movimento de mulheres negras].

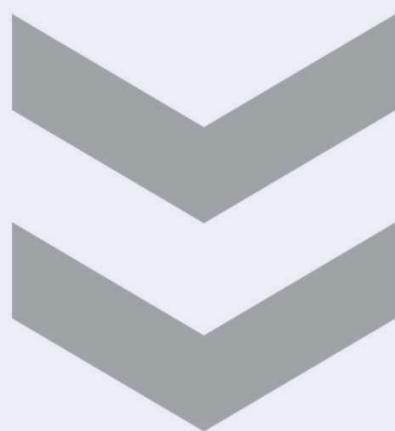


¹ Segundo Laura Frade [1996], **os movimentos sociais não pretendem disputar o poder** nem substituir os governantes, mas **apenas pressioná-los a atender aos seus pleitos e reivindicações**, enquanto os partidos dispõem de três funções exclusivas: disputar diretamente o poder, expressar a democracia e gerir o Estado.

1.5. DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA OU VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO PARTIDÁRIO-ELEITORAL



Sobre já terem protagonizado denúncia de violência política, ou violências institucionais no contexto partidário-eleitoral, 36 participantes do levantamento responderam que não; 33 responderam que sim. Ainda que o instrumento metodológico utilizado nessa etapa tenha sido estruturado como um método objetivo e quantitativo, algumas entrevistadas apresentaram descrições e/ou argumentos relacionados a sua afirmação ou negação.



 **Candidata a Vereadora**
PSOL - MA

“**Sim!** Nada de forma direta. Falta de apoio na candidatura e durante a campanha dentro do Partido por dirigentes.”

 **Candidata a Vice-Prefeita**
PSOL - PI

“**Não,** a violência se dá de forma velada quando não dão espaços na mídia aberta ou quando a minha voz é silenciada por falta de oportunidades.”

Embora uma candidata do Maranhão afirme protagonizar denúncia de violência e outra do Piauí negue, **ambas mencionam o aspecto indireto ou velado da violência política contra mulheres negras**, relacionando questões como negligência partidária, formas de silenciamento e falta de oportunidades. Outras expressam reflexões correlatas:

 **Candidata a Vereadora**
PDT - MA

“**Todas as mulheres** até na eleição passada **tiveram seus direitos violados** a partir do momento que os partidos têm suas prioridades que não são as mulheres, e principalmente as negras e negros. Os partidos não deram apoio necessário às mulheres.”

 **Candidata a Vereadora**
PSOL - MA

“**Sim** e saí do do partido PSB por essas questões”.

 **Candidata a Vereadora**
PP - Piauí

“**Sim**, já formei frentes. Percebi uma disparidade no tratamento entre candidatos principalmente com as mulheres negras, no que se refere a baixa participação dos majoritários nas agendas, falta apoio financeiro a campanha.”

 **Vereadora**
PT - RN

“Já fui impedida de entrar no plenário da Câmara Municipal no dia da minha posse como vereadora por não ser reconhecida enquanto tal. Na ocasião, me foi cobrado o broche de assessora e eu não possuía porque não era assessora, mas parlamentar. Após um tempo de discussão, finalmente consegui acessar o espaço. Outro episódio aconteceu durante o período de votação do Plano Diretor de Natal, em uma discussão da guarda municipal com movimentos sociais, um guarda por diversas vezes ignorou a minha fala que estava buscando mediar a situação e após ser cobrado, se referiu à mim com a seguinte frase: ‘Tem um vereador aqui, madame.’”

Apontamentos como estes, têm nos revelado que, embora parte das entrevistadas não tenha agenciado denúncias a respeito, **a violência é fator comum na vivência de todas as candidatas e parlamentares mulheres negras**, expressa de maneiras diversas, intra-partidária e nas agendas políticas de modo geral. É fundamental a amplificação da abordagem do conceito de “violência política de gênero” e da LEI N° 14.192/2021², quanto ao seu aprofundamento discursivo no sentido de centralizar o aspecto racial como determinante para incidência e caráter das violências sofridas. Emergem denúncias contra sujeitos e contra instituições, sejam elas estatais ou partidárias, por negligência, omissão ou agenciamento de ideologias e práticas racistas contra mulheres negras na política. Avançamos na crítica e percepção coletiva na medida

em que reconhecemos que o cerceamento dos direitos políticos de mulheres negras e sua marginalização nos espaços de poder são política de raça e gênero; bem como ao buscarmos entender as engrenagens do racismo institucional no funcionamento cotidiano, histórico e fundante dos partidos e organizações estatais.

Para além das denúncias, o processo político-institucional das mulheres negras é mais uma dimensão de vivência pautada pela superação de desafios; luta constante; busca pela transformação social; exigência por direitos; mediações e enfrentamentos diários, tal como enunciado pelas candidatas:



Candidata a Vereadora
PSOL - RN



“Estar em um espaço político partidário é sempre muito desafiador, e sim, a gente presencia e sente que a violência nos cerca e nos atinge. É uma luta constante para não ser subestimada, silenciada, ou impedida de ocupar/concorrer os/aos espaços/cargos.”



Candidata a Vereadora
PDT - MA



“Presenciei com outras mulheres, e muitas não se candidatam pelo preconceito, pela pressão. É uma forma de mudarmos esta realidade, ter mais mulheres se colocando, estimula outras”.



² Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de foto ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições.



Candidata a Vereadora
PCB - PI



“Presenciei com outras mulheres, e muitas não se candida-
tam pelo preconceito, pela pressão. É uma forma de
mudarmos esta realidade, ter mais mulheres se colocando,
estimula outras”.



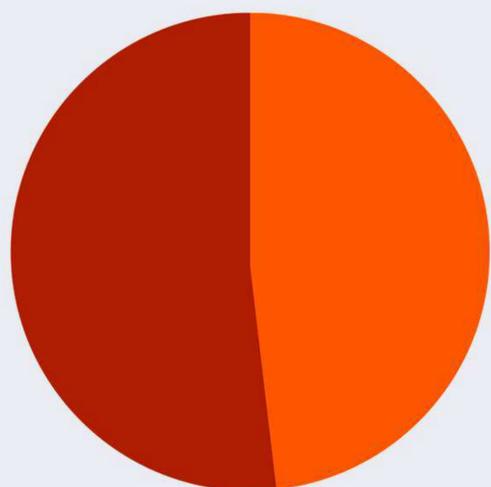
PARTE II

APROFUNDAMENTO: RESULTADOS DO MÉTODO DE ENTREVISTA



2.1. PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Localização no estado



REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR

51,3%

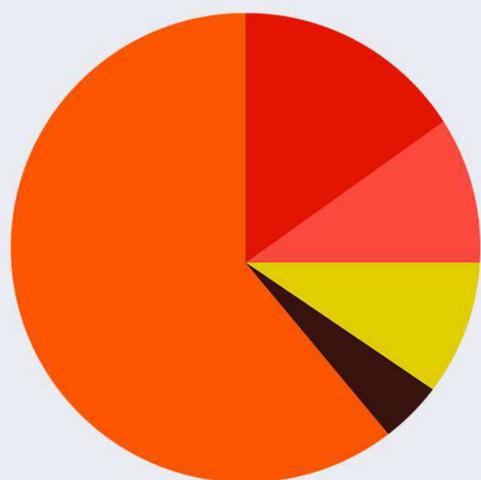
CAPITAL

48,7%

Faixa etária



Orientação sexual



HETEROSSEXUAL

64,1%

BISSEXUAL

15,4%

LÉSBICA

12,8%

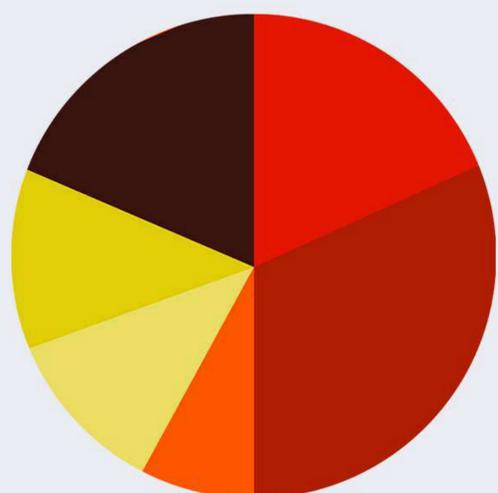
NÃO DECLARADO

5,1%

EM DESCOBERTA

2,6%

Religião



CATÓLICA

34,2%

SEM RELIGIÃO

31,6%

CANDOMBLÉ

18,4%

ESPIRITUALISTA

7,9%

CRISTÃO

5,3%

AGNÓSTICA

2,6%

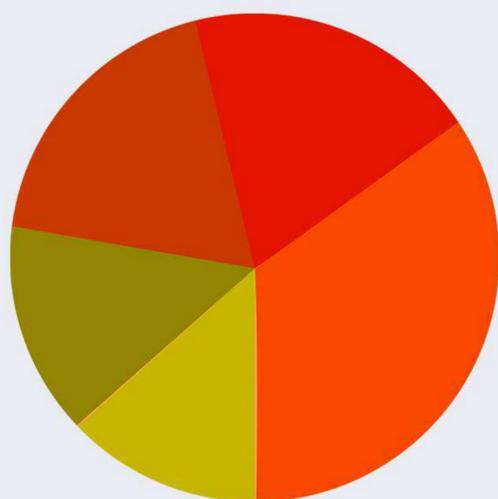
Grau de escolaridade



Renda familiar



Número de filha/o/es



SEM FILHA/O/ES
37,8%%

1 FILHA/O/ES
18,9%

2 FILHA/O/ES
18,9%

3 FILHA/O/ES
13,5%

4 FILHA/O/ES OU MAIS
10,8%

2.2. RELAÇÕES PARTIDÁRIAS

2.2.1 FILIAÇÕES E RUPTURAS

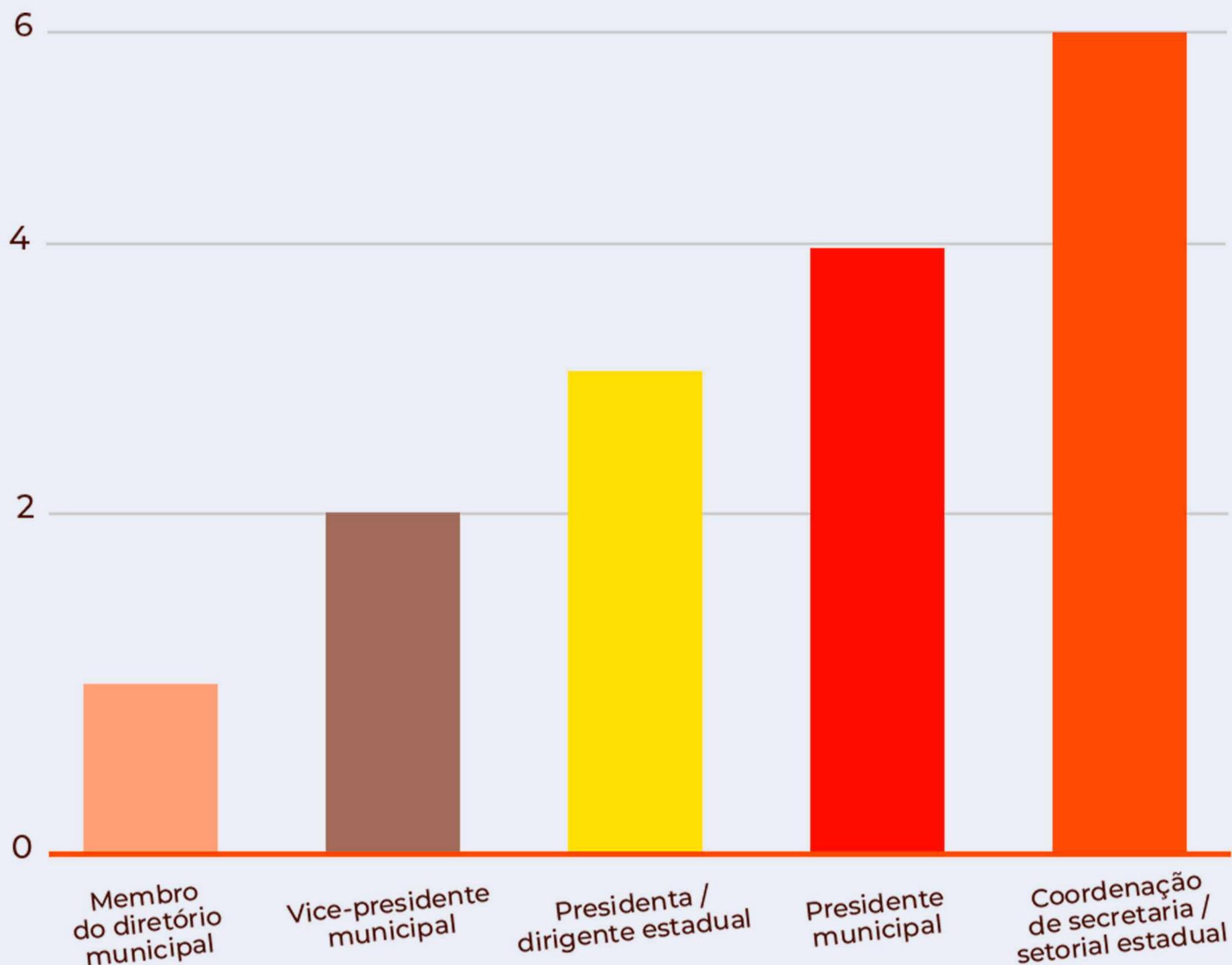


Entre as 39 entrevistadas, atualmente 15 estão filiadas ao Partido dos Trabalhadores; 13 no Partido Socialismo e Liberdade; 3 no Partido Comunista do Brasil; 2 no Cidadania; 1 na Rede Sustentabilidade; 1 no Movimento Democrático Brasileiro; 1 na Unidade Popular; 1 no Partido da Mobilização Nacional; 1 no Avante; 1 no Partido Socialista Brasileiro.

O maior tempo de filiação declarado foi ao PT, ao qual competem todas as filiações mais duradouras: três filiações entre 30 e 40 anos; quatro entre 20 e 27 anos; quatro entre 10 e 16 anos; quatro com 2 a 3 anos de filiação. A filiação ao PMN tem 12 anos. Demais filiações partidárias têm entre 1 e 9 anos. As mais recentes competem ao PSOL, com nove filiações de 1 a 2 anos.

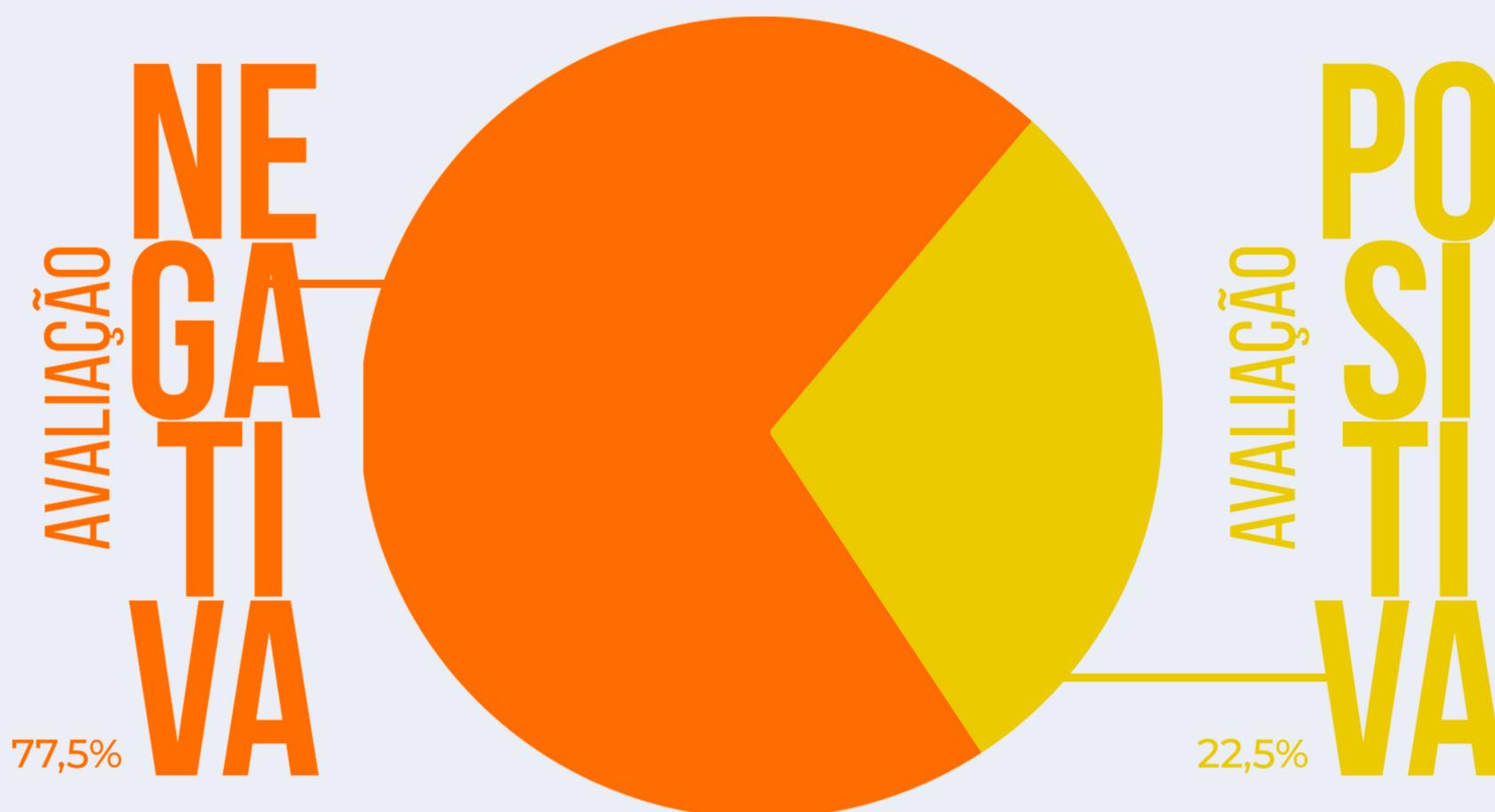
17 entrevistadas mudaram de partido anteriormente, o que corresponde a 43% das candidatas. Nove destas migraram do PT para outros partidos, também computadas entre o índice de filiações mais duradouras até a ruptura. Com os seguintes casos mais expressivos: Filiação com mais de 30 anos, mudança para o UP há três anos; Filiação com 28 anos, mudou para o PSOL há cinco anos; do PT em 10 anos, para o PSOL há um ano. Outros casos de filiações há mais de uma década desfeitas foram dos seguintes partidos: do PSTU há mais de 10 anos, para o PSOL há 4 anos; do PCdoB há mais de 10 anos, para o PT há 10 anos. Algumas mudaram de partido três ou mais vezes: PT em 4 anos / PSB em 5 anos / PCB em 2 anos / PCdoB 2 anos - 13 anos de filiação entre quatro partidos diferentes; PT em 10 anos / PSB em 6 anos / Cidadania em 2 anos - 16 anos de filiação em três partidos diferentes.

2.2.2 CARGOS DE GESTÃO E SECRETARIADO NO PARTIDO



Das 39 mulheres negras entrevistadas, 16 ocupam cargo de gestão ou secretaria no partido, o que corresponde a 40%, metade tem atuação no interior do seu estado. Entre elas, quatro presidentas municipais; três dirigentes estaduais; duas vice-presidentas municipais; uma declarou-se membra do diretório municipal. Seis afirmaram assumir cargo de coordenação de secretaria ou setorial, porém não especificaram a abrangência [municipal ou estadual], três da pasta de mulheres; uma da pasta de combate ao racismo; uma de administração e finanças; uma de formação.

2.2.3 AGENDAS E BANDEIRAS DE MULHERES NEGRAS NOS PARTIDOS



Oito entrevistadas avaliaram como positivo o tratamento das agendas e bandeiras de mulheres negras entre as estruturas do partido que encontram-se filiadas. 31 apontaram considerações negativas.

Relatos abaixo expressam os argumentos de alguns posicionamentos:

“**O PT sempre me pareceu à frente nas discussões com relação às bandeiras que defendo.** Mesmo não conseguindo formar todos os quadros em torno das pautas, sempre me pareceu um partido que se preocupou com isso, motivo que me fez permanecer no partido durante todos esses anos”.

“**Até hoje eu vi neste aspecto muito apoio,** em nenhum momento tenho ressalva. Apoio a minhas pautas, as minhas campanhas. A minha campanha feminina aqui na Paraíba, a gente trabalha como posso dizer, por ordem de chegada, quem chegou primeiro e desenvolve um trabalho partidário tem prioridade em relação aos que não estão nesta posição em relação ao recurso partidário. A minha campanha foi a que mais o partido investiu financeiramente, maior verba mesmo”.

“**Eu não tenho dificuldades com pautas no PSOL**, porque o PSOL atua com pautas muito caras. Inclusive essa foi uma das escolhas pelo PSOL. A gente fala sobre aborto, quer falar sobre a legalização das drogas, principalmente pelo âmbito da gente ter uma religiosidade central e que não é permitido, mas as pessoas precisam entender qual é o significado da laicidade no país. Então a gente veio pro PSOL por conta disso. Eu não tenho problema com nenhuma pauta. A nossa campanha esse ano vai ser toda montada em cima de grupos raciais. Legislação, trabalho, saúde, educação... toda montada no âmbito racial de fazer uma cronologia mesmo. Quando a gente chegou aqui, como era, como ficou quando veio a abolição e qual é a consequência disso tudinho até hoje porque as pessoas acham que é muito distante e a gente quer trazer pras pessoas que não é distante... que minha vó passou por isso, que minha bisavó passou por isso. E aí, atuar com as minhas pautas no PSOL não é um problema”.

“**O fato de eu ter ido para o PCdoB é por ele acolher estas pautas, é onde me sinto bem**, tenho o meu valor, sou reconhecida e por acolher e lutar pela causa da população negra e de mulheres, sinto a falta da pauta da presença indígena, precisamos avançar nisso. As bandeiras são bem assistidas”.

“Ainda vejo muita indiferença e apatia. Definiria como **“muito discurso e pouco companheirismo”**”.

“**Sinto que não é dada a devida importância** dentro do partido, considerando que o PSOL é um partido de esquerda”.



"Não são acolhidas. O próprio partido, que é um partido que acolhe essas bandeiras, é um partido altamente machista, altamente racista, com falas altamente homofóbicas. Pra você ter ideia, esse partido tem 20 e poucos anos aqui em Petrolina e nunca teve um filiado homossexual. O primeiro foi eu que filiei. Não tem pauta. Eles não trabalham essas pautas, é muito violento. E eu fui de coração aberto porque eu não tinha essa experiência de partido. Sempre tive a experiência de ser acolhida dentro do movimento de mulheres negras, sempre no diálogo e numa coisa bacana de construção e de propostas. Quando a gente chegou lá, já fui levando cacetada e eu nem era filiada ainda. Fui levando murro no meio da cara literalmente, porque ele veio pra cima pra bater. **E se não tivesse o nosso grupo unido, a gente ia apanhar.** O nosso candidato a prefeito daqui foi pra me bater, real oficial. Então quando eles me convidaram pra ser candidata a vice-prefeitura na chapa, eu não aceitei. Primeiro que eu nem ia sair como vereadora. Então eu não me sentia segura de sair ao lado de um homem que era machista, que tinha fala machista, que já tinha sido denunciado por uma guarda municipal que ele chamou de vagabunda. Um brutamontes. Então ia tá colocando o nome de uma instituição que eu respeito e amo muito do lado dessas falas. Eu ia tá me colocando enquanto mulher preta... e porque a proposta não foi inversa, para ele ser meu vice? Então vários questionamentos a gente colocou e eles não aceitavam".



"As bandeiras que eu defendo é igualdade social e o direito das mulheres e eu tive muita dificuldade, eu sou presidente do meu bairro, fui muito perseguida e ainda sou perseguida devido ser mulher, se eu for contar minha historia é enorme, eu sofri tanto nessa campanha que até meu emprego foi cassado. De fato a gente enquanto mulher sofre tanto, tive que registrar boletim de ocorrência na época porque foram muitos absurdos que eu sofri".



“O Partido não tem interesse principalmente com a pauta do abolicionismo prisional, o movimento HIP HOP também não tem apoio por considerarem uma cultura marginal. O fundo de R\$ 85.000 que chegou para as cotas raciais no estado inteiro foi distribuído por 5 candidaturas por tendência a ganhar, porém um pequeno percentual de pessoas negras chega a ter acesso”.



"Eu acredito que a esquerda atualmente tem esse problema, muita gente acha que por ser de esquerda, acaba sendo menos violento, acaba sendo um local em que as nossas pautas vão ser representadas, entendidas, ouvidas, será dada uma atenção... mas muitas vezes essas pautas são trazidas e lidas como recorte. A questão de gênero muitas vezes é levantada apenas por mulheres. Na maioria das vezes a questão racial, 99% das vezes também é levantada pelas pessoas negras que estão no partido. Então o partido não deixa de ser um lugar violento para nós, porque onde quer que a gente esteja, as nossas pautas vão continuar sendo levantadas apenas e somente por nós. Então o espaço institucional partidário, mesmo sendo dentro de um partido de esquerda, continua sendo um espaço absurdamente violento. E como as nossas pautas são vistas apenas como identitarismo e recortes sociais e não como centralidade".



2.2.4 DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES INTRA-PARTIDÁRIAS

93% DAS MULHERES
NEGRAS
AFIRMARAM
TER SOFRIDO DISCRIMINAÇÃO NAS
RELAÇÕES INTRA-PARTIDÁRIAS

Dentre as exposições, **destacam-se as seguintes:**

“PROPOSTA DE RETIRADA DE CANDIDATURA”

“Sim, na distribuição dos recursos, espaço para construção e debate, principalmente sobre a agenda racial. Proposta de retirada da candidatura **para que uma pessoa branca fosse priorizada**”.

“NÃO PODEMOS VOTAR, NEM SER VOTADAS”

“A gente percebe a desvalorização da nossa fala, a não visibilização de nossa atuação partidária no interior do Partido. Mesmo estando numa Secretaria de Combate ao Racismo, a sua função é considerada função menor. Por exemplo, na Executiva no Diretório Estadual, nós (setoriais de Mulher, Combate ao Racismo e Juventude) **só temos direito a voz**, não podemos votar nem ser votadas”.

“MINHA IDENTIDADE É NEGADA”

É naturalizado as mulheres servirem para completar processos dentro dos partidos, sempre tive que me impor para ocupar os espaços, destinam as mulheres apenas pastas que a toquem diretamente. Eu reivindiquei ser membro da executiva, e sinto a discriminação por tá neste cargo mais geral. Eu sou a candidata que inaugurou a pauta da mulher, comunidade LGBTQIA+ e racismo no partido. Quando vou falar de racismo, apontam que eu não sou tão negra assim, este é o meu defeito de cor. É uma violência horrível. **Ao mesmo tempo que o racismo manifestado por eles aponta minha negritude, minha identidade é negada.**

“ELE DISSE ‘VOCÊ PRECISA DE EQUILÍBRIO!’”

“Fui convidada pra tá na secretaria de mulheres, mas **a gente não participa das discussões**, a gente tem que lutar pra ter voz, porque normalmente chega tudo certinho pra gente só concordar, mas não estar dentro do debate. Eu montei o plano de governo do município, quando o advogado chamou para ser candidata, ele ficou surpreendido por ter já tudo pronto. O mesmo que depois disse que eu não serviria para o cargo porque estava com o atual prefeito. Ele chegou na cara dura: “me ajuda montar o plano de governo do prefeito“. Depois de tudo, quando o rapaz de João Pessoa ligou, disse que eu dava certo como coordenadora, mas por que isso? Por que não como prefeita? **Eu queria ser a representante do município. Ele disse “você precisa de equilíbrio”**. Quando eu escutei essa palavra, pensei em violência política de gênero, ele tava dizendo que eu fui desequilibrada. Teve um momento que não sai da minha mente, porque de forma indireta me chamaram de desequilibrada e por isso eu não poderia me candidatar ao cargo que eu queria, de prefeita. Quando se candidata pela primeira vez sendo mulher, não pra ser laranja, ou pra complementar para cotas, **você tem que saber muito bem como se posicionar”**.

“FORAM RECOLHIDOS OS NOSSOS APARELHOS ELETRÔNICOS COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE”

“Na primeira reunião das candidaturas, principalmente as que nunca tiveram mandato. Posicionamento conservador, como: exigências de tipo de trajes e vestes. Questão de ordem de fala, sendo nós mulheres as últimas a falarem e com tempo restrito. Fui chamada de louca por diversas vezes pelo posicionamento político ser contrário aos ideais conservadores e fascistas, principalmente quando me fiz presente no ato ‘Fora Bolsonaro’. Fui perseguida pelo próprio Partido por diversas vezes, chegando a tentarem influenciar desautorizar minha imagem e atuação política, por estar atenta e perceber a dinâmica de votos cooptados para garantir um reposicionamento de representantes em cargos específicos. Um dos primeiros abusos que identifiquei logo a priori foi na primeira reunião de apresentação das novas candidaturas com a separação de cadeiras para homens e mulheres e o posicionamento e distribuição das mesmas reforçando um lugar de hierarquia e ao questionar sobre estas posições logo fui desrespeitada por parte de um candidato mais antigo. Em um outro momento de reunião interna, foram recolhidos os nossos aparelhos eletrônicos como dispositivo de controle para que não registrássemos nenhuma das discussões. Também foi oferecido pra mim um cargo de confiança na área de

“JÁ ME CHAMARAM DE HISTÉRICA”

“Já perguntaram se eu tinha tomado remédio, em reunião já me chamaram de histérica, essas coisas machistas que **não estamos livres nem dentro do que a gente constrói”**.

“É DOLOROSO FALAR SOBRE ESSE ASSUNTO, AFETA MINHA SAÚDE MENTAL”

“Na eleição para vereadora 2020, tivemos (eu e outras companheiras de assessoria) que travar uma disputa interna nas convenções para exigir os fundos partidários direcionados às cotas raciais para candidaturas negras. **Tivemos que nos submeter a denúncias com apoio nacional e lutar internamente, haja visto que eu era a única candidata negra** e com pautas específicas de políticas públicas raciais. Enfim, para mim, é doloroso falar sobre esse assunto, afeta minha saúde mental a ponto de me fazer desistir da disputa a cargos políticos”.

“ME DEIXOU MUITO TRAUMATIZADA. EU SINCERAMENTE PERDI MUITO O TESÃO DE CONTINUAR”

"Estivemos nesse processo altamente brutal. Minha primeira experiência saindo como candidata. Saí por um partido que nacionalmente tá tendo uma relevância, uma visibilidade muito boa, que é o PSOL. A luta de Marielle e tantas outras figuras dentro do partido, nacionalmente, está sendo bem vista. Porém, infelizmente a gente não consegue essa mesma visibilidade no interior, nos municípios.

A gente tem um cenário de um partido que já tem muitos anos aqui, porém não tem grande referência e visibilidade na cidade. É um partido antigo e que tem muitas figuras antigas e históricas, mas que já não tem mais aquela força política real de embate. Então eu entro enquanto mulher preta, com pautas definidas, bem enegrecidas e isso foi um choque pro partido e pra sociedade, mesmo eu já fazendo esse trabalho aqui há 4 anos. Um trabalho grande, de anos. E mesmo assim, quando a gente se coloca nessa posição de estar no processo político partidário mesmo, onde realmente ali que a gente teoricamente vai conquistar o poder... Nossa! **A represália é forte.** Eu tive vários, inúmeros, casos de violência dentro desse processo, dentro do partido e fora. **Mais dentro do partido do que fora.**

Dentro do partido a gente sofreu muito. E não só fui eu, tinha uma equipe. Era uma galera de jovens negras, jovem negro.. e tinha uma galera que estava com a gente que sofreu todo tipo de ameaça. De chamar de covarde... covarde foi o mais sutil. Me denunciaram para a justiça eleitoral. Minha candidatura ia ser impugnada, porque eles disseram que o "Black" não se configurava porque era um nome internacional, americano. Depois retiraram. A gente recorreu, mas houve toda uma tensão quanto a isso. **Me deixou muito traumatizada. Eu sinceramente perdi muito o tesão de continuar nesse processo político.** Sou apaixonada, minha vida acadêmica e social é voltada para gênero, raça e classe, mas eu não sei mais se tenho estrutura psicológica pra ir pra esse enfrentamento nessas eleições agora.

O presidente do partido disse: "vou largar na tua mão a recepção de Boulos e eu quero você, eu não quero ninguém do partido porque a liderança é muito fraca e não vai dar conta". Gente, eu nem estava filiada ainda. Eu recebi o homem aqui, e o partido fez o que? Se juntou todo mundo contra mim porque ficou enciumado. Como é que uma menina que nem é filiada recebe Boulos? E tipo, eu fiz nível Rede de Mulheres, que a gente já sabe que as pretas são organizadas. Então a galera pilhou. Quando eu me filiei, já me filiei dentro de tudo isso, aí é só sofrência. E toda galera que foi comigo se desfiliou. **Então hoje eu estou literalmente só dentro do partido**".



2.3. DIFICULDADES ENFRENTADAS NAS DISPUTAS ELEITORAIS

As dificuldades enfrentadas durante as campanhas eleitorais **mais mencionadas** pelas candidatas e parlamentares **podem ser listadas da seguinte forma**, ordenadas conforme incidência nas respostas:

- 1- ACESSO A RECURSOS [FINANCEIROS, FÍSICOS E HUMANOS]
- 2- VIOLÊNCIA INTRAPARTIDÁRIA / FALTA DE APOIO PARTIDÁRIO ■
- 3- LIMITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM HORÁRIO ELEITORAL
- 4- ENFRENTAMENTO AO PATRIARCADO E MACHISMOS
- 5- RACISMO
- 6- FALTA DE RECONHECIMENTO E/OU DISCRIMINAÇÃO DO ELEITORADO
- 7- SOLIDÃO, SOBRECARGA E EXAUSTÃO
- 8- ATAQUES DA OPOSIÇÃO ■
- 9- PANDEMIA
- 10- SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Relatos de experiência ilustram o modo em que **essas dificuldades** se apresentam no cotidiano político-partidário em contexto de disputa por pleitos:

DISPARIDADE DE ACESSO À RECURSOS

“A minha principal dificuldade durante a campanha é justamente a questão da estrutura. A forma de fazer política e campanhas políticas é muito viciada pelo poderio e domínio econômico. Então, eu fui eleita em primeiro lugar, em segundo lugar foi a vereadora com a terceira campanha mais cara do país. Só em impulsionamento em redes sociais, ela chegou a gastar mais de 300 mil reais. 350 mil reais foi o recurso que veio pro Partido em 2016 para fazer a campanha inteira de prefeito e todos os vereadores. Então é muito louco isso, é muito díspare. **Uma dificuldade é essa, disparidade de recurso. A gente fica se sentindo impotente**”.

A LUTA PELA EXECUÇÃO DE GARANTIAS LEGAIS

“A gente disputa num sistema político onde historicamente nunca quis nos receber, receber pessoas de periferia, pessoas pretas, mulheres lésbicas. Com a obrigatoriedade de se ter as cotas, virou uma imposição legal... tem que ter mulher, tem que ter jovem, tem que ter preto, mas ainda temos o desafio de nos reafirmar enquanto candidaturas que possuem projetos políticos para disputar e para ocupar espaços para além das cotas. Eu acho que o principal desafio é ter mesmo respeito político. O respeito aos nossos corpos. E a compreensão da força política que os nossos corpos representam. Esse é o principal. Garantir legenda, garantir espaço, garantir acesso ao tempo de TV, garantir acesso ao financiamento partidário, garantir um espaço na chapa. Então o nosso principal desafio é quando eles dizem que existem as candidaturas competitivas, as candidaturas fortes, geralmente isso está associado aos homens brancos de famílias tradicionais e que tem uma estrutura financeira muito grande. Então nós, mulheres negras, quando a gente ocupa ou tem pretensão de ocupar o espaço para ser candidatas, a gente chega já sendo tratada desde o início como candidaturas que não tem tanta força política. E, conseqüentemente, as prioridades nunca serão os nossos corpos”.

“A GENTE LEVOU PREDADA NA RUA”

“Foi a questão da grana. A gente recebeu 4.225,00 reais faltando 15 dias pra apertar o dedo. E a gente ia andando daqui pra muito longe... devagarzinho, parando e falando com um e com outro porque era o que tinha que fazer. [...] Em alguns lugares foi muito tranquilo, porque querendo ou não, a gente já atuava nesses espaços. Mas teve algum momento que a gente precisou se esconder. A gente levou pedrada na rua, porque o prefeito [do mesmo partido] nunca botou a cara na rua. Ele fez uma aliança com mais de 15 partidos de direita. Então onde a gente passava, ele estava, não fisicamente, mas a carinha dele estava lá. E aí, por coincidência, antes da gente fechar tudo, a gente decidiu ir à rua pra entregar panfleto e vinha vindo uma passeata de pessoas evangélicas que estavam disputando o pleito. Foi ladeira abaixo... foi de macumbeira à filha do demônio, para baixo... insinuar que iam jogar pedra e quando o carro saiu, jogarem pedra mesmo. Então foi difícil”.

“EU SÓ ESTAVA LEVANDO PANCADA, TENTANDO LEVAR A CAMPANHA DE BOA”

“Foram 45 dias de campanha nessa tensão nível 100%. Fora a pré-campanha, as construções internas, as reuniões. Então, foram meses angustiantes e é uma experiência que eu quero me desintoxicar pra ver se eu consigo outra. Atualmente, provavelmente, eu estou entrando com processo. A gente tá com toda documentação. A gente tem áudios e prints das conversas do grupo da eleição, de falas homofóbicas, racistas e machistas que eu sofri. E só pararam faltando de uma semana a duas da eleição porque eu já estava no limite e gravei dizendo que a partir daquele momento, se não parasse, eu estaria entrando com uma ação com o nome de cada um, apresentando cada um na justiça. Aí ficaram com medo, porque até então eu só estava levando

pancada. Estava tentando levar a campanha de boa. Quando eu cheguei com o pronunciamento oficial dentro do partido e coloquei a demanda para eles, eles pararam. Mas a gente sabe que eles fizeram por trás. Chegaram na gráfica que tinha o nosso material e mandaram parar a produção de material. A gente ficou sem material. A gente não conseguia entender, porque a gente tinha pago. Primeiro que a gente tinha colocado material na rua antes deles, e então quando a gente foi buscar, o rapaz disse que não estava pronto, mas tinham escondido pra não entregar pra gente”.

“O ESPAÇO INSTITUCIONAL PARTIDÁRIO NÃO É UM ESPAÇO ACOLHEDOR. NÃO É UM ESPAÇO QUE VAI ABRAÇAR A GENTE”

“A campanha em si, ela já é um desafio. Desde a pré-campanha, desde quando se começa o diálogo partidário para convidar nós mulheres negras... convidar não, porque na minoria das vezes isso acontece.

A gente que se coloca para disputa eleitoral e já aparece um bocado de desafio. Mas a campanha, pra mim, foi um dos momentos mais violentos e traumáticos da minha vida política porque foi um momento onde eu estive exposta a diversos tipos de violência, institucional, na rua... principalmente porque uma das coisas que eu escutei das pessoas em quase todas as agendas de rua que: "Ajeita esse cabelo! Olha, se tu quer ser candidata, tu não pode tá com esse cabelo desse jeito não. Aqui na foto ainda dá pra enrolar, mas quando a gente te vê pessoalmente... como é que tu quer ser vereadora com o cabelo desse jeito?" E meu cabelo tem um aspecto mais pro cacheado do que pro crespo. Se eu tivesse o cabelo crespo, a violência seria muito maior. Também tinha aquela coisa de: "ah, tu é muito nova". Algumas pessoas achavam extremamente positivo, mas outras pessoas viam isso como algo que não fazia sentido. E aí eu acho que é o pacote completo. Eu, mulher negra, jovem, bissexual, de periferia, querer ocupar a câmara municipal? Absurdo, incompetência total. Então, do começo até o final da campanha, era esse o local que me era colocado. Então foi tão violento pra mim que até hoje eu ainda estou lidando com alguns processos da campanha. Tive atividades de campanha online que foram invadidas e começaram a colocar imagens da ku klux klan, de Hitler... foi algo que me deixou bem desestabilizada no final da campanha. Terminei a campanha acabada. Até porque, o espaço institucional partidário não é um espaço acolhedor. Não é um espaço que vai abraçar a gente, as nossas necessidades e aquilo que a gente precisa pra construir essa política que a gente acredita. Então é bem pesado. E quando a gente fala de desafios, a campanha em si é um desafio porque é um não local o tempo inteiro pra nós”.

FALTA DE APOIO DO PARTIDO, PANDEMIA E RESULTADOS FRUSTRANTES

“Por pouco não iria ser majoritária, não iria sair com nenhum candidato. Não fomos comunicados antes da coligação, só depois de já firmada. A representação do Partido apoiou toda a majoritária. O vice-prefeito da majoritária foi o maior representante do Partido na cidade, nunca saiu com a gente. Só estava junto quando a majoritária precisava. A pandemia dificultou, nós

queríamos o corpo a corpo, olho no olho, mas mesmo assim a gente teve que se adaptar, fizemos nossas lives, os recursos que tínhamos. Comunidade com 13km de distância, tarde da noite com toda a dificuldade da pandemia, a gente ia conversar. Foi muito frustrante esta minha candidatura, 70% dos meus 122 votos foram votos de jovens que não me conheciam, mas apoiaram a causa. A gente ter um resultado externo, e não ter interno. O partido é muito forte e grande, com muitos militantes, o que falta é tratamento intensivo do partido, o partido colocar debaixo do braço o papel, a missão: como eu posso motivar essa mulher negra a se candidatar, qual apoio vou dar nesta comunidade, é só lançar o convite? Falta mais apoio do partido”.



Em 2021, o Instituto Odara, com apoio da ONU Mulheres, promoveu uma pesquisa com objetivo de realizar o diagnóstico dos fatores determinantes para o desempenho das mulheres negras como candidatas nas disputas a cargos políticos-eleitorais na Região Nordeste, na conjuntura de 2020. Sob coordenação do pesquisador Cloves Luiz Pereira Oliveira, produziu-se o relatório sobre os desafios das candidatura negras, tanto na modalidade individual, quanto coletiva, na disputa às eleições para as cadeiras nas Câmaras Municipais em três cidades de três estados da Região Nordeste do país: Salvador-BA, Fortaleza-CE e Garanhuns-PE. Podemos destacar a síntese como pertinente à análise das narrativas coletadas também a partir deste mapeamento.

No corpo das entrevistas, **algumas características importantes das campanhas e das candidatas aparecem como traços “comuns”**. Primeiro, há uma **baixa profissionalização das campanhas**, pela falta de recursos financeiros, conta-se com muito pouco ou nenhum funcionário remunerado para executar tarefas específicas. Entretanto, muitas contam com uma rede de apoio (capital e social), onde encontram pessoas especializadas para executar diversas tarefas de planejamento e execução de uma campanha de modo voluntário. Nesse sentido, **as redes de apoio são características importantes da trajetória de inserção na vida político-partidária** até a experiência de disputa das eleições. **Sem a presença dessas redes** e suporte das organizações dos movimentos sociais nas quais militam, **não seria possível construir suas candidaturas**. Mulheres negras recebem pouco ou nenhum financiamento do partido, inclusive, porque muitas vezes não são vistas como candidaturas partidárias e sim de movimentos.

No que tange aos orçamentos e recursos, **outro problema fundamental é o afastamento do emprego**: muitas candidatas precisam aban-

donar para concorrer às eleições e encontram dificuldades para se manter financeiramente. **Após as eleições, também encontram barreiras** quanto a novas oportunidades de trabalho pelo estigma de serem políticas e ativistas. A insegurança financeira é ainda materializada pelo endividamento durante a campanha. Há declarações de quem precisou individualmente arcar com os “custos extras”, o que tem impacto não só na vida financeira, como pessoal e emocional, sobretudo das que não conseguiram. Ocorre ainda a dupla ou tripla jornada de trabalho: as mulheres mães destacaram a dificuldade de conciliar a vida privada com a vida pública e as relações de trabalho institucional.

A falta de apoio do partido político, portanto, **é um ponto fundamental**, seja financeiro ou o apoio propriamente político, até mesmo de candidaturas majoritárias. Há dificuldade de inserção e legitimidade na dinâmica partidária, pelo racismo e machismo institucionalizado. **Mulheres negras não são cogitadas como competentes o suficiente** para a vida política por grande parte dos correligionários, que frequentemente as atacam de diversas formas. Não obstante, a saúde - física e mental - é outro aspecto enunciado com frequência nos discursos. **Há um efeito psicológico negativo das campanhas na vida dessas mulheres**, seja pela falta de dinheiro, falta de apoio, solidão e violências raciais e de gênero que se deparam durante o processo.





2.4. VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES NEGRAS

2.4.1. ENTENDIMENTO DO CONCEITO



MAPA DE PALAVRAS

ATAQUES E AGRESSÕES
SILENCIAMENTO **NEGLIGÊNCIA**
VIOLÊNCIAS NARRATIVAS
MULTIDIMENSIONAL
REPRESSÃO **DESQUALIFICAÇÃO**
MECANISMOS ANTIDEMOCRÁTICOS
INTIMIDAÇÃO E ASSÉDIO
NEGAÇÃO DE DIREITOS



ATAQUES E AGRESSÕES

Ataques a candidatas ou pessoas em exercício de mandato político.

Agressões de adversários ou co-partidários.

Ataques a mulheres e trans negras no exercício político institucional. 

Ataques nas redes sociais para fazer com que a pessoa desista da candidatura.

Apagamento quando propomos o debate.

Não ter espaços para que a gente tenha voz.

Silenciamento da voz dessas mulheres.

Quando querem **nos calar**.

Na hora do discurso, **ninguém presta atenção nas mulheres**, em uma plenária, ou em reunião de candidatos **ninguém liga para o que uma mulher preta fala**.

SILENCIAMENTO

NEGLIGÊNCIA

Isolamento

Invisibilidade 

Neutralização

VIOLÊNCIAS NARRATIVAS

Questionamentos constantes às nossas pautas e exigências.

Pegam nossas falas e colocam na boca dos homens como se fossem deles.

“Você sabe **com quem tá falando?**”

“**Não tem cara** de candidata”.

MULTIDIMENSIONAL

Agressão física, verbal ou moral.

Violência simbólica, psicológica, moral ou física.

Ela é física, digital, psicológica, verbal **para cercar a participação das mulheres** nos espaços públicos.

REPRESSÃO

DESQUALIFICAÇÃO

Menosprezam e subestimam nossa inteligência e a do eleitorado.

Todo tipo de violação ao seu modo de pensar e agir dentro do espaço político.

Quando justificam que não temos elementos para ajudar a debater ou a propor.

MECANISMOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Corrupções que desfavorecem o pleito, como laranjas.

Divisão financeira desigual; corrupção (compra de voto) indicação de cargos de poder / meritocracia e nepotismo.

Burlar a divisão de fundos.

INTIMIDAÇÃO E ASSÉDIO

Calúnia e difamação.

Humilhação, perseguição, ameaça, **constrangimento**, difamação, e calúnia.

Induzir a tomar decisões que sejam contrárias a sua vontade.

Fazer com que a mulher **mude de opinião**.

Induzir psicologicamente a mulher mudar de decisão por imposição e/ou medo.



NEGAÇÃO DE DIREITOS

Não ter dinheiro.

Não ter igualdade nas propagandas eleitorais.

Restrição do acesso da mulher aos cargos políticos.

De modo geral, **as entrevistadas apontaram termos chave** sobre o que entendem por “violência de gênero”. **Os mais pronunciados estão expressos no painel acima.** Assim como no percurso metodológico do Levantamento, parte expressiva [X %] afirmou não sofrer violência política, embora tenha expressado indícios dessa violência ao responder outras questões da entrevista, o que nos indica que o conceito não tenha sido apropriado, ou ainda está em processo de assimilação. Por outro lado, nessa etapa, a maioria aprofundou o debate e trouxe **concepções pertinentes à elaboração do conceito:**



“Tenho percebido que **a proporção da violência política tem aumentado** porque as mulheres negras têm entrado na política. Nós estamos incomodando muito mais”.

“**Eu acho que a maior violência política é a impossibilidade de nós estarmos neste espaço.** A falta de representatividade, isso se dá de diversas formas, é a falta de respeito, legitimada e invisibilizada”.

“**Eu acho que a minha vida é uma violência política.** Porque se a gente tá nessa situação que tá hoje, é uma violência que vem de lá de cima pra baixo. Essa violência política existe a 500 anos nesse Brasil aqui. É uma política de extermínio de uma população, é uma política de evasão, de morte, de suicídio. **Porque é isso, se eles não matam eles levam a gente a se matar. Acho que a maior violência política é isso**”.

“Quando tu fala de violência política, eu só lembro de duas coisas. A primeira foi uma coisa que a minha psicóloga disse ano passado, um ano depois da campanha, quando eu comecei a fazer terapia. E ela me disse que **eu estava passando por um período pós-traumático de campanha.** Então a campanha foi um período traumático diretamente para meu corpo, minha mente... tem espaços, roupas e coisas que eu não conseguia colocar porque me remetia à campanha. Essa é a primeira coisa que eu lembro. **A segunda coisa que eu lembro é que fez quatro anos do assassinato de Marielle.** Então, quando eu falo de violência política e quando eu escuto falar sobre violência política, eu a vejo contra nós mulheres negras, principalmente. **Eu ainda não me recordo de nenhuma mulher branca que foi assassinada por ser vereadora, por estar em um cargo parlamentar**”.

“A violência política está dentro de tantas outras violências que a gente já sofre todos os dias, mas que ela consegue ser uma violência que nos tira direitos e isso que me deixa mais revoltada porque eu sei que a caneta tem que vir pra nossa mão. Eu uso muito essa frase. Eu usei muito durante a campanha. A caneta precisa estar na nossa mão. Essa frase é da Conceição Evaristo. A gente precisa escrever as nossas histórias, as nossas vivências, as nossas dores, as nossas vitórias, as nossas lutas... e ela precisa estar na nossa mão. **É essa caneta que tem que estar na nossa mão que vai construir políticas públicas, leis que são pro nosso povo, que são necessárias para nós**”.

“A violência política é algo que perpassa não só a política partidária, mas outros âmbitos organizacionais, como os nossos movimentos sociais. **Precisamos estar atentos para perceber as violências narrativas, e seus métodos,** para assim, conseguir mudar a política. A violência perpassa pelo tom da voz, pela forma de abordar o outro, pela forma de destituir o discurso do outro, ou negar o outro no campo da representação, podendo evoluir para processos de desvio, de desmando, então violência é muito ampla. **É preciso pensar no que se entende por violência política dentro dessas dimensões**”.

“É todo tipo de violência, como a agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual, com a finalidade de impedir ou dificultar o acesso de minorias ao exercício de funções públicas ou mesmo induzi-los a tomar decisões contrárias à sua vontade. Exemplo: O que a Deputada Federal Marília Arraes vem sofrendo em Pernambuco: mesmo tendo 25% das intenções de voto para o Senado (eleição 2022), os “machos” querem “meter goela adentro” outro que aparece com apenas 1%”.

“É toda e qualquer forma de preconceito, agressão às candidaturas negras, de mulheres trans. Violência que traz a questão étnico-racial e também do assédio moral, assédio sexual. As mulheres têm sido alvo dessas agressões das mais diversas formas que se tornou um aspecto da política no Brasil. **Essas violências devem ser denunciadas, combatida, apuradas, responsabilizadas.** As instituições públicas precisam apurar esses acontecimentos, criminalizar esta prática, mas é preciso antes investigar. **A violência de gênero é muito maior quando se cruzam questões étnico-raciais, identidade de gênero e orientação sexual”.**

2.2.4 RELATOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE RAÇA E GÊNERO

“A ELEIÇÃO É UMA VIOLÊNCIA POLÍTICA!”

“Em minha opinião, a violência política pode ser sutil, por exemplo: sou pobre, tenho um carro popular, mas tem as atividades e ninguém tá preocupado se a pessoa tem dinheiro pra botar gasolina. As pessoas não têm essa leitura e compreensão, de que para a gente se mobilizar, precisa de dinheiro. [...] Tem uma coisa na dimensão das violências políticas que é a sobrecarga. Há um peso muito grande sobre mim, no movimento e na própria candidatura. Às vezes eu achava que não ia suportar o cansaço, a exaustão. A força física é algo que exaure, tive problema de coluna sério, sofri muito nessa campanha com exaustão. Eu acho que sobrecarregar uma pessoa é uma violência política dentro das lutas, das atividades, da eleição. **A eleição é uma violência política** pra gente que é pobre, porque é muita insegurança. A gente não recebeu muita crítica negativa, não teve calúnia, mas eu tenho quase certeza que na próxima vai ter! Porque agora eles sentiram o peso do que é uma candidatura de mulheres pretas aqui, então eles vão se preparar da forma que sempre fazem, da forma mais cruel, escrota, nojenta, violenta. Metade dos vereadores que estão na Câmara tiveram menos votos do que nós, vamos nos preparar”.

“FUI DA SESSÃO DIRETO PRO HOSPITAL...”

“Teve um dia que eu comecei a passar mal antes de ir pra Câmara, enxaqueca, passar mal, muito ruim ruim ruim, um enjoo, fui da sessão direto pro hospital, fui diagnosticada com vesícula inflamada, tem que fazer cirurgia, eu não tinha isso antes da câmara. As pessoas falam “tem que ver, tem que ter

cuidado, tem que ter descanso”, mas a carga, a responsabilidade é muito grande. Você viver o espaço que todo mundo espera que você erre, seja por uma frase, um projeto ou uma ação para passar na sua cara que este lugar não é seu, não lhe cabe. **É muito difícil**”.

“**BATERAM NA MINHA MESA DENTRO DE CASA, AMEAÇARAM, PASSEI POR HUMILHAÇÕES**”

“**Pelo Partido fui muito bombardeada**, pediram para ser presidente do partido no município, a gente trabalhou para que as pessoas se sentissem confortáveis, todos os meses fazíamos reuniões com essas pessoas. O presidente estadual bombardeou, no final ele tomou o partido. Consegui 78 pessoas na filiação, tivemos a colaboração de jornalistas, advogados e contadores. Depois que abri o partido, com CNPJ, fui comunicada que ficaria como vice-presidente e não como presidente, como foi falado. Para além disso, não iria concorrer como prefeita, mas sim poderia como vice, a partir de uma eleição que teria arranjo por trás. **Eu optei por me candidatar a vereadora, porque sabia que não teria falcatrua**. Quando fui conversar com o presidente, vi que eu era uma negociação, o atual prefeito tem dinheiro, foi uma negociação entre eles. A bancada maior de homens se decidiu, tomaram o partido. Um candidato a vereador que é bem escroto começou a me perseguir, as pessoas começaram a falar mal de mim. **Eu fui desacreditando da política. Como mulher, você vive ameaça, bateram na minha mesa dentro de casa, ameaçaram, passei por humilhações**”.

“**CHEGUEI A RECEBER AMEAÇAS DE MORTE NO MEU TELEFONE PRIVADO**”

“Em 2018, nós tivemos uma campanha muito agressiva nas redes sociais, algo que surgiu com o anti-petismo extremamente forte, devido às fake news. Com isso, essa acabou sendo uma eleição muito permeada pela violência, inclusive nas periferias. Lembro de um vídeo, feito com o celular, que publiquei durante a campanha, em que promovia o movimento “Ele Não”... **Nesse post recebi diversos ataques, xingamentos e, devido a repercussão dele, cheguei a receber ameaças de morte no meu telefone privado**”.

“**NÃO SOU INDICADA PARA CARGO NENHUM**”

“**Não sou indicada para cargo nenhum** numa composição política porque não componho a força política de quem os indica. No caso específico, a que me refiro agora, eu poderia ser a Secretária de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos ou assumir outro cargo, não só pela minha história, vivência, mas, sobretudo pelo conhecimento relacionado às questões de política para as mulheres. Quem perde com isso é o conjunto das mulheres, que desde

2019 construímos e aprovamos o Primeiro Plano Estadual de Política para as Mulheres e até agora está engavetado. Percebo pouquíssima solidariedade e a gente precisa ainda comer muito cuscuz pra conseguir a tão sonhada equidade política, mas como diz a juventude ‘é vida que segue’”

“NÃO EXISTIA NENHUMA PRIORIDADE EM SE ELEGER UMA MULHER, MUITO MENOS NEGRA”

“Eu, na minha primeira candidatura a deputada, sofri muito. Na época, existia outro candidato, um homem branco e minha candidatura foi completamente secundarizada em razão da dele. **Mesmo eu sendo uma das pessoas que construiu o partido desde a fundação. Eu percebia que existia essa violência, porque não existia nenhuma prioridade em se eleger uma mulher, muito menos negra e eu sofri muito com isso.** É possível ver isso até pela questão da direção do Partido que, por anos, foi só de homens. Mesmo eu estando há muito tempo, eu só chegava a ser vice-diretora, mas não diretora. Tem também violência fora do partido, a gente sequer tem espaço nas propagandas eleitorais, o que dificulta nossa relação com a população que muitas vezes quando a gente ia conversar já queria que a gente desse alguma coisa. Nessa cultura da compra de voto, as eleições estão cheias de vícios e antes mesmo de acabar as eleições a gente já sabe que quem vai ganhar é um homem branco rico”.

“FUI ASSEDIADA MORALMENTE DENTRO DE UM APARTAMENTO DE UM DOS MEMBROS DO PARTIDO”

“Na primeira candidatura como deputada estadual, tive a maior violação de não ter meu direito ao fundo partidário de campanha respeitado, fui humilhada em um grupo de WhatsApp, **fui assediada moralmente dentro de um apartamento de um dos membros do partido, para devolver o fundo de campanha,** fui chamada de imoral, desonesta e outras palavras por me posicionar diante do tratamento recebido, não participei do horário destinado aos candidatos no guia eleitoral e tive que fazer minha campanha sozinha com ajuda de amigos e familiares. Em relação à candidatura para vereadora, passei pelos mesmos problemas. As duas experiências que tive não me desencantei com o partido e sim com seus dirigentes, pois acredito na filosofia do partido”.

“MUITOS FALAVAM PRA MIM QUE MINHA CANDIDATURA ERA DE LARANJA”

“Em relação aos eleitores, foi muito forte o fato que a gente chega lá e como a gente é simples e vai pedir voto, as pessoas discriminam por conta do patamar social, porque eles acham que só quem pode representar é a rica

branca, que está no salto, as de sapatilha e chinela eles acham que a pessoa não tem capacidade de representar eles e, infelizmente, quem termina ganhando são as bem vestidas de salto alto. Então eu vivi assim a violência de recursos, que é desigual, e a questão da aparência, por ser uma candidatura feminina da periferia. Muitos falavam pra mim que minha candidatura era de laranja, isso me afetava muito, era muito violento e eu escutava de eleitores que era muito difícil pessoas do meu porte ganhar”.

“A MAIOR VIOLÊNCIA QUE CONSIDERO É A NEGAÇÃO DA MINHA EXISTÊNCIA”

“A maior violência que considero é a negação da minha existência dentro do partido. No processo de recrutamento de pessoas LGBTQs, colocaram em meu registro como meu nome de batismo (um nome de uma pessoa inexistente), e até o momento o meu registro de filiação continua com o nome de batismo. Negar a minha identidade de gênero é uma das maiores violências”.

“O JEITO DE AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES ERA SE A GENTE BOTASSE UM SALÃO DE BELEZA DENTRO DO ESPAÇO LEGISLATIVO”

“Eu ia fazer um discurso de abertura, ia presidir a primeira sessão, no primeiro dia que chego, a gente fez uma espécie de ensaio para essa sessão. Foi a primeira vez que eu entrei naquele espaço depois de eleita, eu fui abordada por uma menina do tercerizado, da limpeza, que tinha dúvidas se tinha sofrido um episódio de racismo dizendo que um vereador tinha chegado pra ela e disse: "você viu quem foi a vereadora mais votada da cidade? Foi uma pariceira sua. Mas ela não veio pra limpar nosso banheiro, ela veio para ser vereadora como eu. Olha que absurdo". Ela tinha dúvidas se isso era racismo. No dia da cerimônia dos votos de aplauso, eu entrei pra usar o banheiro específico dos vereadores e fui beber uma água. Tinha um grupo de vereadores conversando, quando eu passei, eles disseram: "não, eu sei que a vereadora é contrária ao que a gente tá dizendo. **Porque a gente é contra obrigar a cota de mulheres a serem candidatas. A gente acha que é um absurdo que o TSE obrigue a cota.** As mulheres não querem ser candidatas. Os partidos querem, os partidos oferecem, mas elas não querem. A gente vai fazer o que?". Aí o outro vereador vira e diz: "que a vereadora não escute, mas **o jeito de aumentar a participação das mulheres era se a gente botasse um salão de beleza dentro do espaço legislativo**". Tem hora que você engole... você não quer nem fazer o debate. Sem contar as mulheres na tribuna, que já aconteceu comigo, de ter a voz interrompida, de ter o microfone silenciado. É um ambiente que existe um pacto da branquitude, da masculinidade... Você olha pra política aqui e vê muitas capitâneas hereditárias. São as mesmas famílias, os mesmos grupos alternando. Tem vereador lá que a maioria já é filho

de ex-vereadores, tem um lá que é neto de ex-vereador. É isso, é de geração em geração, hereditária e vitalícia. E quando a gente chega pela porta da frente, o próprio corpo, cabelo, a forma de se vestir, a própria presença representa uma diversidade naquele lugar que é tão homogênea”.

“AFETA MINHA SAÚDE MENTAL A PONTO DE ME FAZER DESISTIR DA DISPUTA A CARGOS POLÍTICOS”

“Na eleição para vereadora de 2020, tivemos (eu e outras companheiras de assessoria) que travar uma disputa interna nas convenções para exigir os fundos partidários direcionados às cotas raciais para candidaturas negrxs. **Tivemos que nos submeter a denúncias com apoio nacional** e lutar internamente, haja visto que eu era a única candidata negra e com pautas específicas de políticas públicas raciais. Enfim, para mim, **é doloroso falar sobre esse assunto, afeta minha saúde mental a ponto de me fazer desistir da disputa a cargos políticos**”.

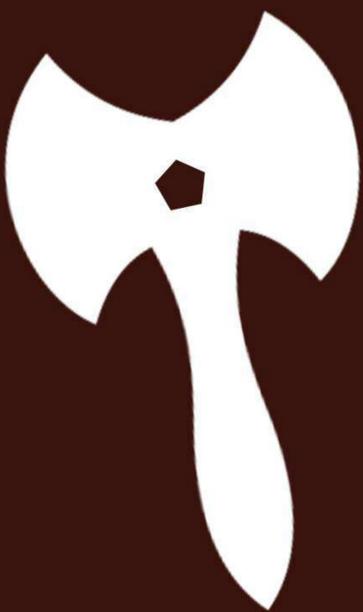
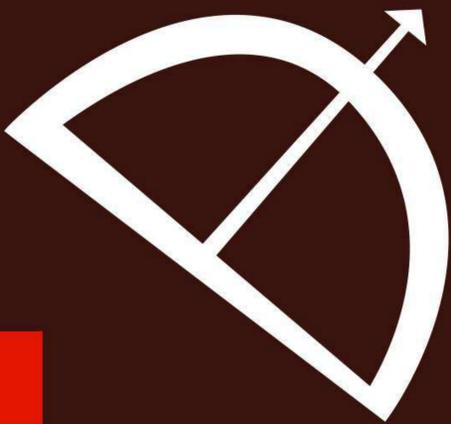
“EU SER A PRIMEIRA VEREADORA NEGRA NA CIDADE JÁ É UMA VIOLÊNCIA POLÍTICA”

“**Eu, particularmente, sofri várias Violências Políticas.** Inclusive faço parte da pesquisa do Instituto Marielle Franco sobre violência política, falei sobre a violência simbólica. "Ah, como ela tá arrumadinha. Só falta ajeitar o cabelo". **De eu ter projetos e eles serem retirados de pauta** sem eu saber e eu mobilizar as pessoas e quando chego lá não estava em pauta coisa nenhuma... É ter reuniões estratégicas sobre o andamento da casa e dos projetos que envolvem o poder executivo e não ser convidada. Tudo isso faz parte da violência política como forma de apagar a nossa expressão. **Eu sou a primeira vereadora negra eleita aqui na cidade, numa cidade que tem uma contribuição indígena e quilombola fortíssima,** onde é majoritariamente periférica e de mulheres. Então, **eu ser a primeira já é uma violência política também,** por que quantas companheiras que estavam aí atuando e não tiveram esse espaço? Ganho a eleição e antes da gente assumir a nossa mandata, nós já tínhamos um processo do DEM, da direita raivosa, de tentativa de impedir que a gente assumisse. Então eu respondi durante o ano de 2021, por 6 meses, um processo eleitoral com tentativa de cassar o meu mandato, alegando que eu teria fraudado cotas de gênero, um processo que não tinha nenhuma materialidade. Não tinha nenhuma prova. Então, mais uma vez, mostra que eles usam todos os meios cabíveis que eles têm como tentativa de nos silenciar, de nos impedir de exercer uma mandata que foi eleita pelo povo da cidade. Então isso também é uma forma de violência política, através do silenciamento, do impedimento, do questionamento, do racismo, da lesbofobia... Eu colocar um projeto para assegurar direitos para população trans e eles terem coragem de tirar de pauta e dizer que eu devo debater o real problema da população e não de uma minoria. É eu fazer um voto

contra a reforma da previdência que ia onerar os servidores e aposentados e um vereador fazer uma live específica sobre a 'verdade da reforma da previdência' e a live foi só me chamando de palhaça, dizendo que eu queria aparecer, que eu estava de mimimi, que eu não sabia nem o que fazer na câmara... foi uma live **me desqualificando enquanto vereadora** que tem uma opinião muito forte e que tem uma relação orgânica com os movimentos sociais. Então, quando a gente entra nos espaços institucionais, violência é cotidiana. **Não tem uma sessão que a vereadora vá falar, vá fazer um pedido e não fique aquelas conversas laterais”**.



CONSIDERAÇÕES FINAIS





Ser uma mulher negra no Brasil é extremamente arriscado. Ocupar um cargo político institucionalizado e tensionar as estruturas do Estado com a nossa presença e atuação é um sobre-risco. **Esse risco específico tornou-se evidenciado a partir do assassinato de Marielle Franco, no Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018.** É importante destacarmos esse marco no processo de reconhecimento e abordagem da violência política contra mulheres negras, bem como do crescimento do número de candidaturas de mulheres negras, mas também precisamos entender os acontecimentos entre os quais emerge a brutalidade não somente contra essa mulher negra, mãe, do Conjunto de Favelas da Maré -RJ, liderança política, militante em diversas frentes.

A militância, o ativismo, o posicionamento de enfrentamento às violências agenciadas pelo Estado ou sob sua negligência e impassibilidade devem ser centrais ao que estamos entendendo enquanto violência política contra mulheres negras. Estamos falando de tensionamentos sobre aquelas que se posicionam frente às privatizações ou reformas previdenciárias que retiram direitos; que defendem a legalização dos direitos trabalhistas das domésticas; que exercem força contrária à projetos que violam práticas religiosas ancestrais do povo negro; que se atrevem a incidir sobre a política de segurança pública a partir da qual a população negra é exterminada; que participam ativamente contra processos de reintegração de posse de prédios sem função social ocupados; que são convocadas para mediar conflitos dentro do sistema carcerário; que enfrentam fazendeiros para garantir o direito à terra de trabalhadores de agricultura familiar... Mulheres com histórico de participação ou liderança em movimentos sociais, com incidência desse determinante em sua prática política nos partidos, nas estruturas estatais, em qualquer espaço que venham ocupar ou disputar.

O que este corpo frequentemente vitimizado representa ou gera enquanto impacto? Assassinatos de lideranças políticas, no Brasil e no mundo antecedem o caso Marielle e continuam a plenos pulmões. Temos que pensar não somente na defesa de identificação das motivações deste crime, ou o que o próprio Estado, que a desamparou, tipifica como crime. **Devemos sim indagar quem mandou matar Marielle.** Mas temos também o desafio de mobilizar novos questionamentos. Por que, logo agora, nesse contexto de maior inserção de mulheres negras na política institucional, ainda que muitíssimo tímida... **Por que,**

justamente depois de muita luta e resistência negra, quando novas agentes se colocam na disputa e assumem lugares de representação política na estrutura governamental, se tem um crescimento considerável de situações de violência política como nunca visto desde a ditadura, de ameaças, agressões, demanda de escolta armada para parlamentares?

Pra nós, mulheres negras, não soa como novidade quando sentamos pra entrevistar uma parlamentar negra violentada e ela diz sobre o adoecimento mental no processo de campanha e quanto dói ouvir reiteradas vezes “você não tem cara de prefeita”. Não é novidade porque ouvimos isso em todos os espaços instituídos como espaços de poder que ousamos ocupar: “você não tem cara de médica”, “você não tem cara de deputada”. “Você não tem cara de professora universitária”. “Você não tem cara de juíza”. É violento lançar uma candidatura partindo do pressuposto que tenhamos não só que apresentar propostas de campanha, mas desconstruir o imaginário social interpelado pelo Estado de que somos potenciais ameaças, desqualificadas ou incapazes de participar da gestão pública. Ainda temos que convencer o eleitorado de que essas “novas caras”, esses rostos que há séculos não vemos nas câmaras, assembleias legislativas ou no senado, podem e devem ocupar esses espaços! No fim, **não é apenas a disputa para que a gente possa representar a nós mesmas** e superar a subrepresentatividade, mas uma luta constante para que estejamos vivas nesse processo que quando não nos mata, adocece, frustra, faz desistir.

A partir dos dados levantados, podemos constatar que a totalidade de mulheres negras já sofreu algum tipo de violência política em sua carreira, independente da prerrogativa ideológica do partido filiada. No entanto, o que se tem constituído em torno da pauta de “violência política” ou “violência política de gênero” não representa grandes nem pequenas conquistas em termos das demandas de proteção às mulheres negras, ainda que a prática tenha sido recentemente criminalizada no Brasil, através da Lei nº 14.192/21, que alterou o Código Eleitoral, a Lei das Eleições e dos Partidos Políticos. Conforme o art. 326-B, do Código Eleitoral, responderá pela prática de “violência política de gênero”, quem assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à,

sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato.

Chamamos atenção para três aspectos: primeiro sobre o fato de “violência política de gênero” não dar conta da dimensão racial em uma perspectiva mais densa e estruturada, estamos tratando de “Violência Política de Raça e Gênero”. O Estado pouco ou nada avançou diante do reconhecimento da expressão do racismo na violência política. Muito menos tem investido na identificação das violências sofridas, produção de dados estatísticos ou qualitativos;

Segundo, também não avançou quanto à definição de ações e projetos de enfrentamento à violência política e responsabilização dos agressores. Cerca de 63% dos crimes mapeados pela Justiça Global e Terra de Direitos permanecem sem solução. Há uma taxa altíssima de impunidade e baixa responsabilização dos sujeitos e organizações. Na contramão das reivindicações democráticas por representatividade e políticas de reparação, o Congresso Nacional promulgou em abril de 2022 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que anistia os partidos que descumpriram cota mínima de mulheres e negros nas eleições de 2020. Sujeitos a sanções como multas, devolução de verba e suspensão do fundo partidário, os próprios representantes partidários se absolveram no Congresso;

Terceiro, que se tem uma constante redução da “violência política” à “violência eleitoral”. A dinâmica da violência contra mulheres negras extrapola o jogo da disputa eleitoral ou o cumprimento do mandato, além de que reiteramos que o fundamento que vitimiza uma parlamentar negra é o mesmo através do qual é atingida uma defensora de direitos humanos negra, no sentido das investidas em mecanismos de negar espaços, neutralizar, calar a boca, intimidar e objetivamente exterminar quem representa, quem reivindica o reconhecimento e a dignidade de uma parcela da população, que embora seja maioria, há séculos vem sendo marginalizada, criminalizada, violada e assassinada. A militância, o ativismo, a perspectiva ideológica e prática contra o patriarcado e o racismo, tornam determinadas mulheres negras mais susceptíveis à violência política.

³ 22 partidos ignoraram as regras do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu a destinação de 30% do fundo eleitoral e 5% do fundo partidário para mulheres, bem como a cota proporcional de verba e tempo de programa eleitoral televisionado para candidata/os branca/os e negra/os.

Ratificamos essa perspectiva a partir do “Diagnóstico Regional Sobre a Situação de Violência Contra as Defensoras de Direitos Humanos Afrodescendentes: Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru e Uruguai”, organizado por Michely Ribeiro e Naiara Leite através da Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras:

Para as mulheres afrodescendentes, a principal causa do ataque realizado a quem defende direitos é a ausência do estado social de direitos. Ao atrelar esse lugar à ausência de seguridade de direitos, as mulheres afrodescendentes identificam que são atacadas porque são compreendidas corretamente pela sociedade racista e machista como potências que se unem. É possível afirmar que as mulheres afrodescendentes são atacadas porque criam métodos e metodologias para transitar nessa estrutura da sociedade. A partir disso, se tornam potências muito grandes e fortes. Quando essa potência é identificada com poder de flexão sobre a estrutura da sociedade, com vocalização e alcance, as mulheres afrodescendentes são atacadas. O ataque se dá para que sejam retiradas do cenário, de modo a lhes extirpar e tirar do sistema, porque, enquanto defensoras de direitos humanos, se estruturam no contrapoder e se unem em coalizão. [2020, p. 66]

A localização geopolítica das candidatas é mais um determinante, seja do modo como a violência é reproduzida, ou da repercussão da denúncia em escala municipal, regional, nacional e internacional. A candidatura de mulher quilombola no interior de um estado nordestino é um contrassenso na cidade, em sua região pode ser muito mais do que o fato de sê-la a partir de um partido de direita. **Uma mulher negra pode até construir o partido na cidade, ser a dirigente municipal, mas em último caso não será ela a candidata a prefeita,** uma determinação que vem de articulações do diretório estadual do partido, na capital. Se nos centros urbanos enfrentam-se os empresários sucessores das capitânias hereditárias da política institucional, no interior de cada estado esses herdeiros ainda são coronelistas, grileiros, ruralistas, com capangas e capitães do mato sob suas ordens.

Na perspectiva de traçar caminhos com essas mulheres, o Instituto Odara tem agenciado coletivamente algumas ações, prioritariamente no Nordeste, como o Março de Lutas, a partir de nossa articulação enquanto Rede de Mulheres Negras do Nordeste, que em 2022 apresentou uma agenda de **ações coletivas protagonizadas por mulheres negras com a temática central de promoção da participação política e enfrentamento a violência política contra mulheres negras**.

Também em 2022, lançamos a Campanha Pretas no Poder, junto com a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, uma série de ações através das redes sociais, com o objetivo de trabalhar a educação política; discutirmos a função do voto, da democracia, que democracia é essa que está posta; provocar os partidos sobre a falta de investimento em candidaturas de mulheres negras; visibilizar ações políticas protagonizadas por mulheres negras já eleitas; apoiar e incentivar o voto em mulheres negras comprometidas com as pautas de superação das desigualdades e defesa dos direitos humanos e apresentar estratégias de proteção para essas mulheres.

A Campanha Pretas no Poder é parte de um projeto de maior alcance, que é o **“Projeto Pretas no Poder: Participação Política, Representatividade e Segurança de Ativistas Negras”**, que além de ter como perspectiva o processo de diálogo com a sociedade e nossas possíveis representações, tendo em vista gerar reflexões sobre toda essa temática, a gente também vislumbra e temos nos empenhado no tensionamento para consolidação de uma democracia plurirracial, diversa, que realmente dê conta de estruturar uma sociedade em direção ao fim das opressões e organização de um outro modo de vida ideal, que acreditamos ser o Bem Viver. Diversas organizações de mulheres negras têm realizado um conjunto de ações com foco na denúncia da violência política e suas ameaças, como também para estimular e potencializar as candidaturas de mulheres negras neste pleito eleitoral.

Para além de uma perspectiva de garantias à disputa eleitoral e permanência segura no cumprimento de mandatos eletivos e da vida política de modo geral de lideranças negras, **vislumbramos a construção de uma narrativa a respeito do projeto de nação que estamos empenhadas em construir e defender!**



Odara

INSTITUTO DA MULHER NEGRA

